

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diego Correia de Souza

NEOLIBERALISMO EM ROTA DE COLISÃO?  
Uma crítica através da abordagem marxista

RIO DE JANEIRO  
Agosto de 2022

Diego Correia de Souza

NEOLIBERALISMO EM ROTA DE COLISÃO?

Uma crítica através da abordagem marxista

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Ernesto Winter Hughes León

RIO DE JANEIRO/RJ

Agosto de 2022

### CIP - Catalogação na Publicação

S824n Souza, Diego Correia de  
Neoliberalismo em rota de colisão: Uma crítica  
através da abordagem marxista / Diego Correia de  
Souza. -- Rio de Janeiro, 2022.  
72 f.

Orientador: Jaime Ernesto Winter Hughes Léon.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto  
de Economia, Bacharel em Ciências Econômicas, 2022.

1. Neoliberalismo. 2. Financeirização. 3. Crise.  
I. Winter Hughes Léon, Jaime Ernesto, orient. II.  
Título.

DIEGO CORREIA DE SOUZA

NEOLIBERALISMO EM ROTA DE COLISÃO? UMA CRÍTICA ATRAVÉS DA  
ABORDAGEM MARXISTA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022.

---

JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN - Presidente  
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

IDERLEY COLOMBINI NETO  
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

---

MARIA MELLO DE MALTA  
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

Dedico esse trabalho à minha família

## AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos já me desculpando, pois não será possível citar todas as pessoas que foram importantes para a conclusão desta etapa. Não teria como não começar agradecendo aos meus pais Eliana e Paulo (*in memoriam*), meu irmão Tiago e minha companheira Elena por todo apoio fundamental nos mais diversos aspectos da minha vida. Pessoas fundamentais, sem as quais este trabalho não seria possível. Amo muito todos vocês.

Agradeço ao meu orientador, Jaime Ernesto pela paciência e dedicação na orientação.

Agradeço aos amigos(as) que formei no Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA). Aprendi muito com vocês, não só da teoria marxista, como também na extensão universitária e educação popular. Foi através desse convívio que descobri que o aprendizado é necessariamente algo coletivo, ensinamento que vou levar pro restante da minha vida. Espero que possamos estar aprendendo juntos durante muitos anos ainda.

Agradeço também aos amigos(as) que conheci no Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC), com os quais pude conhecer a extensão universitária e vivenciar experiências maravilhosas.

Agradeço ainda as amigadas formadas durante minha participação no movimento estudantil, junto aos companheiros e companheiras dos quais pude compartilhar as mesmas fileiras na militância.

Agradeço a todos(as) que lutam para manter uma universidade pública, gratuita e voltada para a classe trabalhadora. Assim como os que lutam para a democratização do acesso à ciência, em especial à imprescindível Alexandra Elbakyan, fundadora do portal Sci-Hub, e também ao trabalho coletivo do portal Library Genesis.

“A vida é bela. Que as futuras gerações a livrem de todo mal e opressão, e possam desfrutá-la em toda sua plenitude.” (León Trotsky, 1940)

## RESUMO

Após quase quatro décadas de experiências acumuladas, o neoliberalismo mostra dificuldades de conquistar os desempenhos prometidos, mesmo depois da obtenção de sua hegemonia, alcançada com a derrocada do “socialismo real”. Esta evidência é manifestada através dos baixos índices de crescimento econômicos atingidos e na manutenção de altas taxas de desemprego, inclusive no centro capitalista. As constantes crises e dificuldades de recuperação vivenciadas pelo neoliberalismo nas últimas décadas trazem à tona questionamentos sobre uma possível trajetória de esgotamento deste modelo. O presente trabalho busca investigar esta hipótese, realizando uma revisão bibliográfica e análise descritiva de dados, a partir do método do materialismo histórico dialético, como também da História do Pensamento Econômico pelas controvérsias. Para tanto, apresentaremos a trajetória do desenvolvimento neoliberal, elementos específicos a sua estrutura, como a financeirização, além das controvérsias presentes na História do Pensamento Econômico. Por fim, analisaremos indicadores econômicos referenciados nos debates anteriores.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Financeirização; Crise.



## **ABSTRACT**

After almost four decades of accumulated experiences, neoliberalism shows difficulties in achieving its promised performances, even after obtaining its hegemony, achieved with the collapse of “real socialism”. This evidence is manifested through the low rates of achieved economic growth and the maintenance of high unemployment rates, even in the capitalist center. The constant crises and recovery difficulties experienced by neoliberalism in recent decades arise questions about a possible trajectory of exhaustion of this model. The present work seeks to investigate this hypothesis, carrying out a bibliographic review and descriptive analysis of data, from the method of dialectical historical materialism, as well as the History of Economic Thought through controversies. In order to do so, we will present the trajectory of neoliberal development, elements specific to its structure, such as financialisation, in addition to the controversies present in the History of Economic Thought. Finally, we will analyze economic indicators referenced in previous debates.

**Keywords:** Neoliberalism; Financialisation; Crisis.

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1.1</b> - Média aritmética anual do percentual dos gastos totais do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1 - 1995/2020 (%).....                         |    |
| <b>Gráfico 1.2</b> - Média aritmética anual do percentual dos gastos em Educação, Saúde e Habitação do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1 - 1995/2020 (%)..... | 56 |
| <b>Gráfico 1.3</b> - Média aritmética anual do percentual gastos em Proteção Social do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - 1995/2020 (%).....  | 60 |
| <b>Gráfico 2.1</b> - Taxas anuais de formação de capital bruto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%).....  | 62 |
| <b>Gráfico 2.2</b> - Taxas anuais de formação de capital bruto, por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (1 bilhão US\$).....  | 65 |
|  | 67 |

## LISTA DE TABELAS

|  |              |
|--|--------------|
| <b>Tabela 1.1</b> - Média geométrica do percentual de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita real, por faixa temporal selecionada - 1950/2018 (%).....  | 51           |
| <b>Tabela 1.2</b> - Produto Interno Bruto (PIB) per capita nominal real em relação ao bloco 1, por faixa temporal - 1950/2018 (%).....   | 52           |
| <b>Tabela 2</b> - Média aritmética da taxa de desemprego anual (porcentagem do total da força de trabalho) por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%).....   | 53           |
| <b>Tabela 3.1</b> - Média aritmética anual do percentual dos gastos totais do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%).....  | 55           |
| <b>Tabela 3.2</b> - Percentual de variação dos gastos totais do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%).....  | <b>Erro!</b> |
| <b>Indicador não definido.Tabela 3.3</b> - Média aritmética anual do percentual dos gastos em Educação, Saúde e Habitação do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)..... |              |
| <b>Tabela 3.4</b> - Percentual de variação dos gastos em Educação, Saúde e Habitação do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%).....                                      | 58           |
| <b>Tabela 3.5</b> - Média aritmética anual do percentual dos gastos em Proteção Social do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%).....                                    | 61           |
| <b>Tabela 3.6</b> - Percentual de variação dos gastos em Proteção Social do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%).....  | 61           |
| <b>Tabela 4</b> - Médias geométricas anuais das taxas de inflação, por faixa temporal selecionada - 1960/2021 (%).....   | 63           |
| <b>Tabela 5.1</b> - Média aritmética das taxas anuais de formação de capital bruto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%).....  | 64           |

## SUMÁRIO

|  |           |              |          |
|--|-----------|--------------|----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>1.</b> | <b>SOBRE</b> | <b>O</b> |
| <b>NEOLIBERALISMO</b> .....  | 15        | 1.1          | Algumas  |
| definições controversas sobre o neoliberalismo.....                        | 15        | 1.2          | A        |
| materialização do neoliberalismo, o fim da “Era de Ouro” e as “Décadas     |           |              |          |
| de Crise”.....   | 19        | 1.3          |          |
| As raízes no liberalismo clássico e as transformações do estado.....       | 24        | 1.4          |          |
| Esgotamento do modelo?.....  |           |              |          |
| <b>27Capítulo 2. FINANCEIRIZAÇÃO</b> .....                                 |           |              |          |
| 34 2.1 O debate a partir de Marx.....                                      |           |              |          |
| 34 2.2 O debate sobre a financeirização contemporânea.....                 |           |              |          |
| 38 2.2.1 Regime de acumulação com dominação financeira – François          |           |              |          |
| Chesnais.....  |           |              | 38       |
| 2.2.2 Financeirização e globalização dos mercados - Duménil & Lévy.....    |           |              | 40       |
| 2.2.3 A crítica da financeirização enquanto irregularidade do              |           |              |          |
| capitalismo – Prado e Saad-Filho.....                                      |           |              | 43       |
| 2.2.4 Capital especulativo financeiro: Dominczak & Sabadini e Carcanholo & |           |              |          |
| Nakatani.....  | 45        | 2.3          |          |
| As possíveis tendências da financeirização.....                            |           |              |          |
| <b>47Capítulo 3. AS EVIDÊNCIAS DE CRISE NO NEOLIBERALISMO</b> .....        |           |              |          |
| 49 3.1 Produto Interno Bruto (PIB).....                                    |           |              |          |
| 51 3.2 Desemprego.....   |           |              |          |
| 53 3.3 Gastos estatais.....  |           |              |          |
| 55 3.4 Inflação.....   |           |              |          |
| 62 3.5 Investimento.....   |           |              |          |
| <b>64CONCLUSÕES</b> .....  |           |              |          |
| <b>69REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....                                  |           |              |          |

## 1. INTRODUÇÃO

Cerca de três décadas atrás, a promessa de um futuro próspero a nível global, era incessantemente promovida pelos mais diversos chefes de Estado, renomadas academias e também grandes mídias. O fim do chamado “socialismo real”, com a implosão das nações soviéticas, parecia dar seu veredito final à superioridade do capitalismo. A tese do “fim da história”, desenvolvida pelo filósofo Francis Fukuyama, se difundiu amplamente nos mais variados setores sociais, incluindo aqueles ligados aos movimentos sociais populares e organizações políticas, até então, críticas ao modelo capitalista. O fim definitivo da Guerra Fria, consolidando a hegemonia inquestionável dos Estados Unidos, marcava também uma série de mudanças institucionais que ultrapassaram as fronteiras nacionais (Mészáros, 2011).

Novas configurações de acordos estatais se formavam, passando a promover espaços transnacionais, tendo como exemplo mais emblemático a formação da União Europeia. Outros acordos também eram firmados, fortalecendo a concepção de um mercado internacional sem barreiras comerciais e livre de intervenções de governos nacionais. Em relação aos Estados, a regra era torná-los “mínimos”. A década de 1990 se iniciava com a popularização de plataformas políticas de candidatos que defendiam uma série de reformas liberalizantes nos mercados, incluindo incontáveis privatizações de empresas públicas. O discurso era amplamente divulgado em diversos países, tanto no centro como na periferia capitalista, a ordem geral era de “desinchar” um Estado muito “pesado”. Inclusive, era defendido que sua gerência deveria passar a ser compreendida como uma empresa privada, em que a lógica de produção de bens públicos fosse substituída pela melhor eficiência na alocação de recursos. Em que pese estes movimentos já terem relevância a partir da década de 1970, é apenas cerca de 20 anos depois que ganham hegemonia.

Porém, se o início da década de 1990 é caracterizado pela euforia do triunfo ideológico e estrutural do capitalismo, a virada do milênio se desenharia por outros contornos. Já na segunda metade dessa década, a ocorrência de uma sucessão de crises enfrentadas por diversos países<sup>1</sup>, trouxe reflexos globais, arrefeceu os ânimos dos mais empolgados com a possibilidade de um futuro próspero. Nas décadas seguintes, sobretudo após a “crise do subprime” em 2008 e a mais recente iniciada em 2019, com a pandemia do novo coronavírus trouxeram à tona uma série de questionamentos voltados ao “neoliberalismo”, forma contemporânea do capitalismo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Como por exemplo: dos “mercados emergentes”, em 1994; dos “Tigres asiáticos” em 1997 e o estouro da bolha financeira conhecida como “PontoCom” em 2000.

<sup>2</sup> Como veremos, esta é uma primeira apresentação do significado de neoliberalismo. Entretanto, entende-se neste trabalho que a categoria é polissêmica, unitária e circunscrita a várias complexidades.

Críticas que ganharam volume não só por novos padrões sócio-econômicos que se consolidam, como o aumento das taxas de desemprego, precarização das condições de trabalho e baixo crescimento econômico, mas também pela crise climática, sendo apontada como consequência do modo de produção atual (Mészáros, 2011).

O aumento dos questionamentos relativos à capacidade sistêmica de superação de sua instabilidade duradoura, fomentam a seguinte pergunta motivadora do presente trabalho: o desenvolvimento neoliberal, como expressão contemporânea capitalista, estaria em uma trajetória de colapso? Sabemos que esta é uma pergunta ousada para um trabalho de conclusão de curso, dada a complexidade e interdisciplinaridade da temática, porém, não se tem a pretensão de se chegar a uma conclusão definitiva sobre essa questão. Nosso principal propósito será o estudo de elementos mais centrais, dentro da literatura selecionada, que nos possibilitem uma análise mais totalizante de nosso objeto de estudo. Como objetivo geral, a partir da realização tanto de uma revisão bibliográfica como também da análise descritiva de dados, investigaremos, a partir de uma revisão de crítica de economia política, as possibilidades de que o percurso que o neoliberalismo tem tomado resultaria em seu próprio fim. Como objetivos específicos, nosso trabalho almeja compreender o neoliberalismo a partir de seu desenvolvimento e trajetória histórica, assim como o entendimento de possíveis contradições estruturais de sua reprodução e também na História do Pensamento.

O método que utilizaremos no presente trabalho partirá do materialismo histórico dialético (igualmente reconhecido como método marxista), também tendo como orientação o método de História do Pensamento Econômico (HPE) pelas controvérsias, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA/IE-UFRJ).

O método de HPE pelas controvérsias, tem por objetivo a leitura da história do pensamento econômico, partindo do materialismo histórico-dialético. Diferente da visão hegemônica, schumpeteriana, o método das controvérsias diverge da interpretação “evolutiva” da história (Curty & Malta, 2019). Nesta interpretação predominante, a construção da HPE ocorreria por um “movimento linear, no qual as controvérsias são resolvidas por absorção hegemônica das ideias vencedoras, garantindo que não há rupturas em seu desenvolvimento” (Curty & Malta, 2019). Se contrapondo a este entendimento, a HPE pelo método das controvérsias parte da influência do movimento histórico real e concreto sobre as ideias, consequentemente defendendo que os debates realizados a partir destas controvérsias podem levar a rupturas teóricas e à transformação do pensamento (Curty & Malta, 2019). As controvérsias seriam configuradas a partir da percepção que não há um caminho necessário que

desembocará em sínteses, existindo diferentes análises do mesmo objeto, em que pese a existência concreta única de sua materialidade (Curty & Malta, 2019).

Reforçando o caráter marxista que defende a indissociabilidade entre teoria e história, a HPE pelo método das controvérsias, também entende que formulações teóricas realizadas no passado podem influenciar as executadas contemporaneamente (Curty & Maria, 2019). Da mesma forma, a categoria “crítica”, pela definição marxista, torna-se basilar para o método desenvolvido pelo LEMA, se conformando como chave de leitura da HPE, realizando no objeto os movimentos de apropriação e de suprassunção, onde ocorre tanto a preservação e descarte de forma conjunta. Consequentemente, a noção de ruptura teórica ganha centralidade, analisando a HPE como uma história de controvérsias, nas quais as contribuições científicas são marcadas de forma histórico-política (Curty & Maria, 2019).

Apresentado os elementos teórico-metodológicos, dos quais utilizaremos, daremos início no capítulo seguinte, o debate em torno do conceito do neoliberalismo, através da História do Pensamento. Ainda no mesmo capítulo, partiremos para a compreensão da trajetória de desenvolvimento neoliberal de forma geral, analisando sua materialização na realidade, assim como desdobramentos de sua gênese, nos períodos iniciais. Após a análise da trajetória tanto na História do Pensamento, como de seu desenvolvimento concreto na História, apresentaremos o que diferencia o liberalismo clássico do neoliberalismo. O capítulo se encerra com a discussão dos parâmetros teóricos que partimos para considerar um possível esgotamento deste modelo.

Utilizaremos o segundo capítulo para discussão da chamada financeirização, considerada por alguns autores marxistas como sendo um dos elementos característicos da acumulação neoliberal. Apontaremos para algumas das controvérsias existentes entre suas interpretações, incluindo possíveis tendências ao colapso de seu padrão.

No último capítulo, nos dedicaremos à apresentação e análise descritiva de indicadores econômicos que nos ajudam a visualizar a concretude da crise manifesta no neoliberalismo, referenciado nos debates apresentados nos capítulos anteriores. Apresentamos os indicadores, fornecidos nas bases de dados do Banco Mundial, do Maddison Project Database e da OCDE em quatro momentos históricos diferentes, visando um comparativo dos períodos. Em um primeiro momento, a primeira faixa temporal analisada será do período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial, em 1950, até o período imediatamente anterior ao “primeiro choque do petróleo”; a segunda fase analisada, compreenderá as chamadas “décadas de crise”, compreendendo os anos de 1973 até 1991; o período seguinte analisado, tem início em 1992 e se encerra em 2007, um ano antes da grande crise global, que teve seu estopim no setor financeiro do centro capitalista, impactando de forma severa o restante do mundo. Por fim,

analisaremos os anos de 2008 a 2021, chegando aos dados mais atuais disponibilizados. Devido ao impacto da recente pandemia do novo coronavírus, iniciada em 2019, apresentamos os dados para este período em duas séries, tendo o mesmo início já apontado, porém uma encerrada em 2021, e outra no ano de 2018.



## **2. CAPÍTULO 1. SOBRE O NEOLIBERALISMO**

Um dos grandes desafios das últimas décadas, em diferentes campos do conhecimento que incluem as Ciências Econômicas, tem sido atingir uma maior precisão teórica sobre o neoliberalismo. Neste capítulo, apresentaremos de forma sucinta um pouco dessa diversidade teórica. A partir desta exposição, construiremos o caminho para indicar qual definição será base de nossa análise ao longo do restante do trabalho. A seguir, através do método materialista histórico-dialético, será realizado o estudo da materialização do neoliberalismo e sua trajetória nas primeiras décadas de aplicação (1970 e 1980), conhecidas como as “décadas de crise”. Em seguida apresentamos os elementos comuns ao liberalismo clássico, assim como suas diferenciações, incluindo as tratativas sobre o Estado. Por fim, apresentaremos o debate teórico sobre os limites de aplicação da estratégia neoliberal e de um possível esgotamento deste modelo.

### **1. 1.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES CONTROVERSAS SOBRE O NEOLIBERALISMO**

De acordo com Andrade (2019), o termo neoliberalismo surge ainda na primeira metade do século XX, entre as décadas de 1930 e 1940, tendo origem em escolas econômicas europeias e estadunidenses. Nesta fase embrionária, o neoliberalismo não apresentava ainda uma formação teórica bem definida, sendo mais um campo de debate. Apesar do consenso na defesa do livre mercado, se opondo a qualquer tipo de intervencionismo econômico, não havia posições unânimes sobre o papel concretamente desempenhado pelo Estado. Da mesma forma, o fracasso das políticas econômicas cíclicas liberais do século XIX também não apresentavam consensos.

Após a II Guerra Mundial, o neoliberalismo tem seu primeiro impulso rumo a uma maior consolidação teórica. Neste período, o principal expoente responsável pela formulação teórica foi o economista e filósofo alemão Friedrich Hayek. A publicação de seu livro “O Caminho da Servidão” em 1944 viria a ser a base para o futuro desenvolvimento do pensamento neoliberal. Entretanto, à época tem pouco impacto, sobretudo devido à hegemonia da teoria keynesiana. Cenário que muda na década de 1960, quando é atingida nas academias norte-americanas a predominância do pensamento dos seguidores de Hayek e de seu discípulo, o economista estadunidense Milton Friedman. Nas décadas posteriores, diversos destes intelectuais ocupariam cargos de destaque em setores governamentais de diferentes países (Andrade, 2019).

O ponto de virada do debate neoliberal só vem a se dar décadas depois de sua origem larval, na década de 1970, em momento de graves crises do capitalismo com impactos globais. Ao final do ano de 1973, as nações pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) definiram um expressivo aumento no preço dos barris de petróleo comercializados, por uma série de conflitos geopolíticos envolvendo as potências ocidentais e os países do Oriente Médio. Evento que ficou conhecido como o “primeiro choque de petróleo”, trazendo saltos do preço médio do barril de US\$2,48 em 1972 para US\$3,29 em 1973 e US\$11,58 em 1974 (Hermann, 2005). Os preços continuaram a subir, ainda que a taxas menores, até 1978. Os vários países dependentes deste insumo, se viram em uma situação de crescente dependência externa junto a severas limitações de divisas internacionais, estrangulando o poder de importação. Nos países industrializados o cenário foi de retração econômica, devido ao aumento da taxa de juros, tornando ainda mais frágil a situação de importação dos países periféricos (Hermann, 2005). Um segundo choque do petróleo ocorreu no final da década de 1970, aprofundando a complicada situação da economia global, que vivia um breve desafogo após 1975. Na tentativa de conter os processos inflacionários, os bancos centrais do centro capitalista aumentaram de forma significativa a taxa de juros. Entre estes países estavam os Estados Unidos, que em 1981 aumentou mais que o dobro de sua taxa de juros em relação ao período anterior ao choque, iniciando uma nova fase de recessão econômica global que durou até 1982 (Hermann, 2005).

A resposta do capital para as crises deste período corresponde à primeira materialização do receituário neoliberal (Baruco & Carcanholo, 2011). Seu principal “adversário”, o keynesianismo, passou os chamados “anos dourados” do capitalismo, que compreendia um pouco mais de 2 décadas após a II Guerra Mundial, de forma quase inquestionável. De inspiração liberal<sup>3</sup>, as teses neoliberais atacavam duramente o intervencionismo econômico estatal e outras políticas econômicas relacionadas, os culpando pelas crises que emergiram violentamente no capitalismo no início da década de 1970. A turbulência sistêmica trazia consigo uma série de questionamentos ao modelo anteriormente dominante. Havia uma clara transição na hegemonia do pensamento econômico, na ideologia do Ocidente e da prática de implementação de políticas econômicas no fim da “Era de Ouro”. Se formava uma ruptura teórica com o keynesianismo, dando lugar às teorias, políticas e ideologia neoliberais. Conseqüentemente, novas justificativas eram forjadas para a aplicação de suas políticas e reformas.

---

<sup>3</sup> Trataremos das semelhanças entre liberalismo e neoliberalismo adiante.

O primeiro “laboratório” em que são materializadas as políticas econômicas neoliberais – desta vez com um corpo teórico mais robusto e definido – é o Chile, no golpe militar de 1973, que instaurou uma brutal ditadura sob o comando de Pinochet. Na década seguinte, o pensamento neoliberal já se mostrava hegemônico não só nas principais academias das escolas econômicas, como também em diversos programas de governo, desde o centro (nos governos de Thatcher no Reino Unido e Reagan nos Estados Unidos da América), até a periferia capitalista. Alcançada esta dominação, consolidada na teoria neoclássica, o termo neoliberalismo é abandonado pelos seus defensores, sendo utilizado apenas por seus críticos, em uma tentativa de naturalização de suas práticas (Andrade, 2019).

Na década de 1990, o debate acerca do neoliberalismo deixa de ficar restrito às Ciências Econômicas, ganhando um caráter mais totalizante e sistêmico. No mesmo período se dá o rompimento do debate com os muros da academia, ganhando centralidade em diversos movimentos sociais. A popularização do termo faz com que sua definição fique cada vez mais ampla e vaga, ao mesmo tempo que passa a ser utilizada definitivamente apenas pelos seus críticos (Andrade, 2019).

Ainda segundo Andrade (2019), apenas na década de 2000 houve um retorno mais qualificado do debate na academia junto a um esforço de intelectuais de variadas vertentes em busca de uma definição teórica mais precisa. Dentre esses esforços, o autor divide em duas grandes vertentes as classificações do neoliberalismo. Em um primeiro grande grupo, estariam contidas diferentes correntes teóricas que analisam o neoliberalismo contendo uma essência em comum nas experiências observadas. Ou seja, apesar das especificidades, haveria um núcleo central que as conectam. Dentre essas diferentes correntes teóricas que integram este grupo estariam os bourdieuanos, foucaultianos, marxistas e weberianos. Já no entendimento do segundo grupo, seria composto pelas correntes que compreendem a existência não de um neoliberalismo, mas de uma variedade destes. As diferenciações seriam delimitadas pelo tempo histórico e geográfico em que ocorreram. No presente trabalho, nos restringimos a analisar nas seções seguintes o debate entre as visões de autores marxistas, com suas sínteses e controvérsias.

Para o economista Alfredo Saad-Filho, a literatura marxista tem compreendido sob quatro óticas o neoliberalismo, ainda que estejam interligadas (Saad-Filho, 2015). A primeira visão caracterizaria como um conjunto de ideias de inspiração nas escolas austríaca, de Chicago e também no ordoliberalismo alemão; outra análise se voltaria ao conjunto de “políticas, práticas e instituições inspiradas e/ou validadas por essas ideias”; a terceira, é definida pelo autor como uma ofensiva da classe dominante, apoiada pelo Estado e direcionada à classe trabalhadora; por

fim, a última visão apresentada, aponta o neoliberalismo como uma “estrutura material de reprodução econômica, social e política”, sendo esta o modo de existência capitalista atual ou como um sistema de acumulação (Saad-Filho, 2015).

As dificuldades analíticas para definição do objeto, entre os marxistas, se apresentariam ligadas a três níveis interconectados, de acordo com Saad-Filho (2015). Primeiramente, devido às experiências neoliberais compartilharem elementos comuns, desde mais abstratos e universais (restrições democráticas), até outros mais específicos ligados a elementos mais concretos nacionais (desestatizações e disseminação de organizações não governamentais - ONGs). Apesar destas semelhanças, superando um campo meramente conjuntural, não são suficientes para a definição de um novo modo de produção, fazendo com que a análise sobre o neoliberalismo atinja distintos níveis de abstração ainda dentro do capitalismo.

O segundo nível mencionado pelo autor, se relaciona à visão sistêmica e totalizante do marxismo, compreendendo, entre outros, aspectos como os econômicos, sociológicos, jurídicos, culturais e ideológicos do neoliberalismo. Esta abordagem interdisciplinar se choca frontalmente com a forma em que são divididas às ciências sociais contemporaneamente. Por fim, Saad-Filho, defende que dada a indivisibilidade das experiências neoliberais observadas em âmbito nacional, com os processos globais, em especial a globalização e o imperialismo, se torna inviável uma definição simplista e reduzida do fenômeno (Saad-Filho, 2015).

Para construir a nossa visão de neoliberalismo, a contribuição presente no artigo de Baruco e Carcanholo (2011), sobretudo do ponto de vista estrutural, nos fornece importantes ferramentas para compreender nosso objeto de pesquisa. Para os autores, o conceito não se dá “no nível de abstração da política econômica”, pois o neoliberalismo “constitui uma estratégia de desenvolvimento capitalista, uma proposta de retomada estrutural do processo de acumulação de capital”, “ainda que essa ideologia tenha se constituído antes” (Baruco & Carcanholo, 2011, p. 12).

Esta estratégia compreenderia 3 principais componentes, sendo i) estabilização macroeconômica, ou em outros termos, o “controle inflacionário das contas públicas” como pré-condição do elemento seguinte; ii) economia que promova a livre iniciativa e investimentos privados, sendo necessário portanto a realização de “reformas estruturais pró-mercado”; iii) finalmente com a retomada dos investimentos privados promoveriam o crescimento e desenvolvimento econômico. Importante ressaltar que no primeiro elemento citado, alcançar a estabilização macroeconômica, seja com políticas “ortodoxas” ou “heterodoxas”, não representa conflito com o caráter neoliberal.

## 2. 1.2 A MATERIALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO, O FIM DA “ERA DE OURO” E AS “DÉCADAS DE CRISE”

Não é possível entender a ruptura teórica com o keynesianismo e a ascensão neoliberal, sem compreender os movimentos tectônicos entre capital e trabalho que já começavam a ter suas contradições radicalizadas ao final da década de 1960. Como apresentado em Mendonça (1990), as taxas de crescimento das economias capitalistas centrais já começavam a declinar a partir de 1968. No ano seguinte, em 1969, as taxas de formação de capital bruto também apresentaram queda, indicando uma queda no investimento e consequentemente expansão econômica<sup>4</sup>.

Mas qual seria o motivo da crise que viria a eclodir em 1973 e por qual motivo as ferramentas keynesianas se tornaram ineficazes? De acordo com Baruco & Carcanholo (2011), uma das características centrais da crise estava na superacumulação de capital e na sensível redução da taxa de lucros. Hobsbawm (2003) aprofunda sobre as causas da superacumulação, justificando a coexistência de um maior controle da produção junto a uma maior efetivação das mercadorias. Essa realidade se tornou possível graças ao desenvolvimento de novas tecnologias e uma reorganização produtiva (“*just in time*”) reduzindo de forma expressiva a quantidade de estoques. A especificidade desta crise perante as anteriores, se deve ao fato que mesmo nos períodos de recuperação econômica posteriores, as taxas de desemprego permaneciam com índices elevados. Outra particularidade residia no fato de as recessões enfrentadas, tanto na década de 1970 quanto no início da década seguinte, apresentavam uma escalada inflacionária, o cenário denominado de “estagflação” (Baruco & Carcanholo, 2011).

Para Mendonça (1990), a crise estaria dividida em 4 momentos, na década de 1970: i) políticas econômicas keynesianas ineficazes para a retomada do crescimento econômico relativo às primeiras décadas do período pós-guerra; ii) tímida recuperação do crescimento acompanhada de inflação e desemprego em patamares maiores do que os anteriores; iii) novas crises retroalimentadas pelos motivos indicados no item anterior eclodem no início da década de 1980; iv) perda completa da eficiência dos instrumentos de política econômica usuais, acarretando uma profunda crise da teoria econômica keynesiana.

O neoliberalismo, portanto, não se materializa e hegemoniza na superestrutura da sociedade burguesa como um *raio em céu azul*. Era a resposta do capital a crises interligadas

---

<sup>4</sup> Exemplos das taxas anuais de variação de formação de capital bruto, em médias geométricas, para os anos de 1969 e 1970, respectivamente: Estados Unidos: 2,3 e -4,7; França: 9,2 e 4,6; Japão: 18,1 e 14,8; OCDE: 6,8 e 3,7 (Mendonça. 1990).

dialeticamente, relacionadas à economia, a ferramentas de política econômica, à teoria econômica e também à ideologia. Essa ruptura teórica materializou-se em uma nova estratégia de desenvolvimento capitalista, o neoliberalismo. A partir deste momento, se colocava a urgência da redução dos custos salariais, se chocando frontalmente com as políticas econômicas adotadas nos países capitalistas centrais anteriormente. Os keynesianos defendiam médias salariais mais altas em conjunto com o pleno emprego para que fosse impulsionada a demanda agregada, alavancando a expansão econômica. Porém, a realização dessas medidas já não gerava mais o crescimento alcançado anteriormente. A pressão pela desregulamentação e flexibilização dos mercados aumentava, sobretudo direcionada ao mercado de trabalho. Sob a justificativa de recompor os investimentos, o programa neoliberal também defendia a redução da tributação sobre rendimentos (Baruco & Carcanholo, 2011).

O desenvolvimento de novas tecnologias permitiu uma reestruturação produtiva, gerando sua descentralização e internacionalização. Uma nova ofensiva do capital sobre o trabalho ocorria, sendo mais expressiva nos países periféricos do capitalismo. Uma das novas características consolidadas nesta nova etapa, de acordo com Netto & Braz (2007), estava no avanço das forças produtivas junto ao crescimento do caráter poupador de força de trabalho, permitindo o aumento da taxa de mais-valor e lucratividade. Apesar dos períodos de estagnação enfrentados tanto na década de 1970, quanto de 1980, os países do centro capitalista tiveram uma trajetória de crescimento basicamente sem interrupções até o início da década de 1990, apesar das taxas inferiores observadas no período pós-guerra.

Apesar do relativo crescimento com a adoção da nova estratégia neoliberal nos países desenvolvidos, diferentemente do ocorrido na “Era de Ouro”, a expansão da produção industrial não era mais acompanhada do aumento conjunto das fábricas e empregos. Pelo contrário, o crescimento de ramos fabris, mesmo nos países mais industrializados, era acompanhado do rápido aumento do desemprego, tanto de forma absoluta, quanto relativa. Entre as razões apontadas por Hobsbawm (2003) para este fenômeno, estavam a já citada transnacionalização da produção.

A internacionalização ampla dos mercados (incluindo o do trabalho) fez com que diversos segmentos da indústria se transferissem do centro capitalista para regiões com menores custos, principalmente da força de trabalho. A década de 1970 testemunhava uma nova divisão internacional do trabalho, com diversos “cinturões de ferrugem” e desemprego massivo de operários, que viam as indústrias saírem de seus países deslocando-se para outros territórios, principalmente da região asiática. Em contrapartida, esse movimento gerava novos saltos na industrialização nas regiões de destino. Porém, mesmo nestas regiões, o avanço da mecanização

e do caráter poupador da força de trabalho permaneciam. Havia um claro descompasso entre a geração de empregos e a redução dos mesmos via mecanização da indústria, mesmo em países recém ou semi-industrializados. A crise do desemprego ainda era afetada por outras políticas neoliberais, como a redução de custos do Estado (restringindo sua força de trabalho empregada), além do aumento de ataques às organizações sindicais. A estratégia de crescimento neoliberal ainda assim prosseguia, apesar das contradições de seu movimento se acumularem cada vez mais (Hobsbawm, 2003).

As crises enfrentadas nos anos 1970 se apresentavam na superacumulação de capitais em diferentes formas, incluindo dinheiro, o capital produtivo e das mercadorias. Uma série de depressões graves marcaram a década nos períodos de 1969 a 1975. Em relação à esfera produtiva, havia claras limitações na expansão de sua valorização. A saída encontrada foi realizar o aumento da valorização via mercado financeiro. Para tanto, era necessário uma série de reformas (encabeçadas em sua maioria pelo Estado), dentre elas a desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças (Baruco & Carcanholo, 2011). Essa foi a principal forma de restauração do capital pós-crise de 1973. As transformações realizadas eram respaldadas pela formação de uma estrutura ideológica, junto com um conjunto de políticas econômicas que se adequavam à nova realidade.

Ao fim da década de 1970, as economias localizadas ao sul e sudeste da Ásia se apresentavam como os pólos mais dinâmicos a nível global, junto a impressão de que o pior da crise havia sido superado. Porém, no início da década seguinte, já em 1980, novas depressões são enfrentadas, estendendo-se por 2 anos. Novos padrões das consequências do desenvolvimento neoliberal começam a ficar mais explícitos. Mesmo o *boom* econômico ocorrido no final da década não resulta em redução expressiva das taxas de desemprego. O aumento da miséria já era observado até mesmo nos países que ainda mantinham o Estado de Bem-Estar Social: o alarmante aumento de moradores de rua era visto em diversas capitais, em especial dos Estados Unidos da América (E.U.A). Além disso, a desigualdade de renda também crescia, ainda que de forma muito mais aguda nos países periféricos. No centro capitalista, o que restava da estrutura da previdência e seguridade social, remanescentes da “Era de Ouro”, foi de fundamental importância para apaziguar os ânimos da classe trabalhadora. Sua pauperização era fruto não só do aumento do desemprego, como também do congelamento de suas rendas reais. Eram necessários cada vez mais gastos governamentais para impedir um aumento na insatisfação dos trabalhadores. As taxas de crescimento econômico não correspondiam à necessidade no aumento de gastos de proteção social, ao mesmo tempo que as políticas neoliberais pressionaram para uma redução de gastos estatais nestas áreas. As vagas

de empregos voltadas à força de trabalho não especializada se tornaram mais escassas. No campo, cada vez mais mecanizado, a situação não era melhor: os camponeses eram menos necessários na produção, gerando um êxodo para as áreas urbanas, que aumentavam sua degradação pela miséria e desemprego (Hobsbawm, 2003).

A situação na periferia do capitalismo era ainda mais alarmante para a classe trabalhadora. Sem o “colchão social” fornecido pelo Estado de Bem-Estar Social não havia um mínimo de políticas de proteção, fazendo que uma massa fosse jogada na informalidade ou na “economia paralela”, onde se incluíam atividades criminais. Diferente do centro capitalista, os níveis de crescimento obtidos nas regiões de África, Ásia Ocidental e América Latina indicavam empobrecimento. Apesar de difícil generalização, devido a diferenças importantes na trajetória do desenvolvimento do bloco do “Terceiro Mundo”, uma convergência quase unânime foi o endividamento internacional massivo destas nações. Na década de 1980, uma série de países latino-americanos decretaram moratórias de suas dívidas, incluindo economias expressivas para a região, como Argentina, Brasil e México. Situação que só não gerou graves problemas aos bancos do centro capitalista devido ao fato das crises terem se dado de forma não simultânea. O investimento proveniente dos “petrodólares” que as grandes economias capitalistas realizavam nos países do Terceiro Mundo caiu de forma vertiginosa durante as “décadas de crise”, se comparado com o período anterior. A nova divisão internacional do trabalho deslocou e concentrou esses investimentos em poucas regiões do leste e sudeste asiático, ainda que de forma menor nas três maiores economias latino-americanas (as mesmas que sofreram a crise de endividamento). O restante da periferia capitalista não despertava tanto interesse dos grandes centros do sistema, podendo mudar de acordo com a descoberta de recursos naturais regionais. Para Hobsbawm (2003), uma das principais características das “décadas de crise” foi o aumento da distância entre os países pobres e ricos.

O bloco soviético também apresentava problemas econômicos, que já se evidenciavam em meados da década de 1960. Apesar das economias soviéticas terem sido muito pouco afetadas nas principais crises econômicas globais da primeira metade do século XX, o cenário era diferente na metade seguinte, sendo muito mais adverso especialmente nas “décadas de crise”. O bloco socialista não era mais uma economia quase autossuficiente, que independia das relações com países capitalistas. Visando a recuperação econômica, a União Soviética entrou em peso no mercado internacional de grãos na década de 1970. Ação que a colocaria em posição mais vulnerável às flutuações internacionais. As crises de petróleo daquela década atingem a região de forma decisiva. A escalada das crises também tem impacto direto em diversas rupturas teóricas realizadas por economistas comunistas de destaque, como o húngaro János Kornai e



acadêmicos de Novosibirsk (atual território russo), que passavam a realizar duras críticas ao modelo soviético. Na década de 1980, parte destes economistas se aproximavam da defesa de um horizonte social-democrata, que contraditoriamente, estava em amplo declínio e crise nos países capitalistas (Hobsbawn, 2003).

O embate teórico das décadas de 1970 e 1980, entre keynesianos e neoliberais, têm como resultado final a hegemonia destes últimos. Um fato decisivo para este curso foi a tentativa keynesiana de equilibrar demandas do capital e trabalho, em um esforço de reedição da “Era de Ouro” do capitalismo, só que desta vez em um momento de taxas de crescimento muito inferiores ao período anterior (Hobsbawn, 2003). Nos centros capitalistas, uma profunda crise da teoria keynesiana crescia à medida que constantes iniciativas de solução da crise fracassaram, tentando utilizar ferramentas de política econômica “tradicionais”. Enquanto na periferia, o cenário de amplo endividamento também enfraquecia estes ideais. Apesar da primeira experiência neoliberal ter ocorrido com a instauração da ditadura de Pinochet no Chile, em 1973, a ascensão do neoliberalismo nos governos se deu principalmente na década de 1980.

O centro capitalista começa a incorporar institucionalmente o novo receituário de políticas econômicas com a chegada de Margareth Thatcher no Reino Unido (1979), Ronald Reagan, nos E.U.A (1980) e Helmut Kohl, na Alemanha (1982). Com o fracasso das políticas de estabilização da década de 1980, os neoliberais justificavam a situação como sendo consequência de décadas de distorções e desequilíbrios gerados pelas políticas keynesianas, que impediram o funcionamento do livre mercado. O cenário de estagflação generalizado nas economias periféricas e a ênfase da promessa neoliberal de estabilização fez com que ganhassem cada vez mais espaço. No centro capitalista, as décadas de crise foram o momento de dilapidação do Estado de Bem-Estar Social e fim das políticas que visavam o pleno emprego. Até países símbolos deste modelo, como a Suécia, ao fim da década de 1980 já o tinham abandonado.

Evidenciada a ruptura com o keynesianismo, surge o questionamento das diferenças entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. Afinal, este último seria apenas um retorno a suas raízes teóricas, interrompidas anteriormente à II Guerra Mundial? Nos aprofundaremos na próxima seção, visando esclarecer estes e outros questionamentos relativos à comparação realizada.

### 3. 1.3 AS RAÍZES NO LIBERALISMO CLÁSSICO E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO

A contraposição neoliberal às intervenções estatais econômicas estatais, tem parte de suas raízes no liberalismo clássico. De acordo com Baruco & Carcanholo (2011), dentre estas premissas resgatadas estariam a racionalização na escolha dos agentes econômicos, visando exclusivamente seu interesse próprio, sendo a sociedade formada por estas ações individuais. O bem-estar social só seria alcançado através dessas escolhas “egoístas” dos agentes, entendida como a “ordem natural harmônica”, que por sua vez seria garantida pelo funcionamento do mercado, direcionando os interesses particulares ao “ótimo social”. Intervenções no mercado impossibilitaram alcançar o estágio harmônico social. É dessa concepção que se extrai a defesa do chamado “Estado mínimo” no liberalismo clássico (que diverge da visão neoliberal, como veremos adiante). Ou seja, o Estado deveria ter como principal função a garantia do funcionamento do mercado (já que através dele que seria alcançado o “ótimo social”) sem nenhuma intervenção. Essa última concepção era a pertencente ao liberalismo no século XIX, quando a hegemonia da forma mercadoria na produção já havia sido conquistada e agora o objetivo passava a ser a constituição e expansão dos mercados. Cabia ao Estado a garantia da liberdade individual, desempenhada por um pacto social, onde seriam respeitados os “direitos naturais do homem”, destacando o direito à propriedade privada (Baruco & Carcanholo, 2011).

Ainda que seja questionada por diversos autores, como em Polanyi (2000), o antagonismo entre o desenvolvimento dos mercados e o intervencionismo estatal (já que historicamente a ação do Estado foi peça basilar na desregulamentação de mercados, segundo o autor) também está presente no pensamento neoliberal. Porém, diferente do liberalismo clássico, a concepção de Estado mínimo sofre importantes modificações. Para a garantia do livre funcionamento do mercado, a função do Estado passa a ser o ataque sistemático às conquistas sociais obtidas no Estado de Bem-Estar Social.

A concepção de sociedade também se altera no pensamento neoliberal. A proposição dos “direitos naturais do homem”, em que o ser humano, “com base na sua natureza, possui determinados tipos de comportamento moral” (Baruco & Carcanholo, 2011) é abandonada. No lugar, entra a concepção do comportamento do indivíduo nas mais diferentes esferas (social, política, cultural etc) ser pautado pela escolha da maximização econômica. Através de análises de “*trade off*”, as ações do indivíduo seriam racionais e otimizadoras. O conjunto desses indivíduos viria a formar a “sociedade de mercado”, refletindo nos mais diversos campos teóricos, ideológicos e justificando as aplicações de políticas econômicas.

A transnacionalização econômica consequente do neoliberalismo também trouxe impactos profundos à forma quase universal que o Estado possuía desde o fim da II Guerra Mundial. A internacionalização dos mercados enfraquecia as ferramentas de políticas econômicas existentes a nível nacional. A relativa autonomia doméstica em relação à configuração do capitalismo internacional era cada vez menor. Porém este elemento não representou um enfraquecimento ou mesmo “redução” do Estado, de acordo com Baruco & Carcanholo (2011). O que se observou nas últimas décadas, segundo os autores, foram mudanças nos padrões de gastos estatais, que seriam mais direcionados à esfera financeiro-fictícia, em detrimento de políticas sociais. A justificativa das ações que visavam a “redução do tamanho” do Estado, na verdade, desejavam o avanço do grande capital sobre o trabalho nas instâncias “democráticas da intervenção do Estado na economia, fundamentalmente suas dimensões coesivas” (Baruco & Carcanholo, 2011). Não à toa, as primeiras experiências neoliberais ocorreram na América Latina, ainda na década de 1970, sob a forma de brutais ditaduras, não só na já citada experiência chilena, como também na Argentina. Era necessário não só a expansão dos mercados, como também garantir a distância das influências socialistas da região, sobretudo da experiência cubana.

A junção da “crise estrutural do capital”<sup>5</sup>, apresentada por Mészáros (2011), com a ineficácia das ações governamentais, o avanço da ideologia neoliberal e da reestruturação produtiva (já iniciada na década de 1970) estavam gerando fortes pressões na configuração de diversos Estados. A partir desta década é observado o surgimento de uma série de novos Estados menores, frutos da desintegração dos “velhos” Estados. Emergem novos movimentos nacionalistas separatistas. Para Hobsbawm (2003) esta realidade é conformada pela combinação de três fenômenos: i) resistência de segmentos estatais à destruição da forma Estado-nação, seja por medidas protecionistas (mesmo que consideravelmente fragilizadas) tentando resguardar ramos produtivos nacionais (incluindo motivações culturais); ii) “egoísmo coletivo da riqueza”: com o crescente aumento da desigualdade de renda, surgem movimentos que desejam separar-se das áreas mais pauperizadas; iii) choque de sentimentos nacionalistas com os valores cosmopolitas, presente principalmente em grandes capitais, dado o caráter transnacional das economias.

As “décadas de crise” apresentavam enormes desafios com o avanço de uma globalização e interdependência econômica nunca vista. Esse novo cenário necessitava de um

---

<sup>5</sup> Compreendida como a crise da produção e reprodução da organização social capitalista, devido a natureza de seu próprio desenvolvimento, dada às contradições contidas em seu interior.

novo arranjo organizativo que desse conta de uma coordenação global, algo que a configuração institucional pós II Guerra Mundial se mostrava insuficiente. Como resposta a estas crises, foram criadas uma série de organizações internacionais no período, superando as fronteiras dos Estados nacionais. Nesse sentido, novas organizações intergovernamentais ou mesmo ONGs foram criadas na tentativa de superação da crise de coordenação global. Já não eram mais eficazes os acordos entre os Estados nacionais, sendo constantemente desrespeitados em temas que ganhavam cada vez mais importância, seja em pautas ambientais ou mesmo em questões militares.

Segundo Hobsbawm (2003), dois caminhos foram trilhados para assegurar uma ação universal mais efetiva. O primeiro foi a construção de entidades supranacionais, sendo realizadas através da redução de autonomia nacional dos Estados nacionais “médios”. Como um dos maiores exemplos deste cenário tivemos o fortalecimento e ampliação da integração político-econômica entre as nações europeias, que resultou na formação da União Europeia, no início da década de 1990. Para o autor, a garantia de estabilidade e força política desta organização estava no fato das lideranças que a dirigiam não serem eleitas, podendo tomar suas decisões basicamente sem influência das pressões comuns às democracias. As maiores tensões só ocorriam em reuniões periódicas do organismo, quando representantes dos governos membros tinham espaço. Porém ainda assim, ocorriam de forma indireta as cadeias de comando e com intensidades menores.

Já o segundo caminho seguido foi o ganho de autoridade que instituições mundiais como o Fundo Monetário Mundial (FMI) e o Banco Mundial ganharam após o fim da II Guerra Mundial. O caráter cada vez mais intempestivo e interdependente do mercado global nas “décadas de crise” tornou uma série de países reféns destas instituições. Junto ao apoio do centro capitalista a estas organizações, seu caráter institucional se consolidou ainda na década de 1970. A periferia capitalista cada vez mais afetada pelo livre movimento de capitais, se mostrava ainda mais frágil nas fortes recessões das “décadas de crise”, apresentando crônica escassez de divisas. Não via uma alternativa a não ser se submeter ao endividamento via empréstimos das instituições bancárias mundiais. Em troca do crédito, eram exigidas a adoção interna de políticas neoliberais, fator fortalecido pela ascensão e triunfo ideológicos.

Apesar do relativo sucesso de crescimento econômico nos países do centro capitalista nas décadas de crise, junto à consolidação de instituições supraestatais de coordenação global, as contradições ao fim da década de 1980 estavam longe de serem desconsideráveis. Não só os elementos já citados, como o empobrecimento da periferia capitalista e as disparidades de renda nos países desenvolvidos cresciam, mas as ferramentas de política econômica de uma série de

países não conseguiam dar a resposta no enfrentamento de novos fenômenos como a estagflação. Mesmo dentre os setores da força de trabalho qualificada, presentes no centro capitalista, a sensação era de que seus empregos já não estavam mais garantidos. As “décadas de crise” resultaram em um cenário em que os Estados nacionais “perderam seus poderes econômicos” (Hobsbawm, 2003).

Com a crise terminal do bloco soviético coincidindo com as ineficazes ações keynesianas, no final da década de 1980 se dava a construção do chamado “Consenso de Washington”. Ocorrido em 1989, esse encontro entre representantes dos organismos internacionais financeiros tinha por objetivo consolidar uma plataforma de políticas neoliberais para serem adotadas na América Latina. Para os países que vinham sofrendo com taxas de inflação descontroladas, a solução apresentada pelo Consenso de Washington para alcançar a estabilização estava em profundas reformas do Estado.

O receituário era composto por: rigorosa disciplina fiscal; desregulamentação financeira, com taxa de juros determinada pelo mercado; taxa de câmbio flutuante e unificada nacionalmente; liberalização comercial e financeira com o mercado externo; programas de “desestatização” via privatizações ou abertura de capitais de ativos estatais; desregulamentação dos mercados de bem e trabalho (Baruco & Carcanholo, 2011). O Consenso de Washington consolidava a institucionalização da estratégia de desenvolvimento neoliberal. Com o fracasso das alternativas “concorrentes”, estava livre para expansão, que de fato ocorreu de forma massiva na década de 1990, tanto nos países do centro, quanto da periferia capitalista (incluindo as ex-repúblicas socialistas). Governos reconhecidos, seja como de direita ou de esquerda, neste período foram fortemente influenciados a adotar o receituário neoliberal de reformas no Estado e nos mercados.

Já realizada a análise das controvérsias entre as definições sobre neoliberalismo, assim como a exposição da sua gênese; desenvolvimento e diferenciação com o liberalismo clássico, veremos a seguir, quais aspectos teóricos que serão utilizados para compreensão de um possível esgotamento sistêmico.

#### **4. 1.4 ESGOTAMENTO DO MODELO?**

Apesar do controle da estabilização econômica vivenciada principalmente na América Latina na década de 1990, uma das promessas neoliberais de crescimento econômico pujante não foram concretizadas. Ao contrário, se observava a ascensão meteórica da economia chinesa, com características muito distintas das recomendadas pelo Consenso de Washington. A deterioração das condições materiais de vida da classe trabalhadora como um todo, assim como

as profundas e seguidas crises vivenciadas nas décadas seguintes (incluindo a emergência climática) não só aumentou os questionamentos ao modelo vigente globalmente, mas também a indagação se estaríamos em uma trajetória de colapso sistêmico.

Estas preocupações ou mesmo a previsão de um esgotamento do modelo neoliberal não vem de agora. O filósofo marxista István Mészáros, já no despertar da década de 1970 apresentava não como uma possibilidade, mas sim como uma certeza: “a questão não é ‘se haverá ruptura ou não’, mas ‘por quais meios’ vão ocorrer” (Mészáros, 2011, p. 48). Para o autor, a trajetória explosiva se dava pela contradição da existência de uma hegemonia global com forças expansivas coexistindo com múltiplos sistemas sociais conflitantes e em mútua interação. Nesta seção analisaremos quais elementos o filósofo húngaro observa como possíveis pontos de esgotamento do modelo, para mais a frente neste trabalho, comparar alguns destes elementos à trajetória histórica observada até o presente.

Em 1971, Mészáros já observava que o cenário que antecede a grave crise de 1973, possuía elementos estruturais dos quais não seriam apenas um sintoma passageiro. Segundo o autor, a crise estrutural do capital não gerava apenas uma crescente polarização social, mas também apresentava riscos de explosões devido ao “colapso de uma série de válvulas de segurança” que garantiam a “perpetuação da sociedade de mercado” (Mészáros, 2011, p. 48). Apesar da propagação do discurso de uma crise passageira à época, o que realmente se efetivou foi uma drástica crise estrutural que necessitou de uma resposta radical do capitalismo, o que se consolidaria anos mais tarde como neoliberalismo.

Um dos primeiros elementos que Mészáros identificava como expressão da crise estrutural do capital se relaciona à capacidade sistêmica de manutenção do controle social. Isto ocorria devido à própria natureza intrínseca ao capital: expansionista, concentradora e articuladora do desenvolvimento da ciência e tecnologia. Estas características entrariam em contradição com a própria formação socioestrutural do capitalismo, na qual o trabalho é subordinado ao capital, afetando como consequência, o que o autor chama de “enraizamento hierárquico-estrutural da divisão funcional do trabalho” (Mészáros, 2011, p. 54).

Dentre as resultantes destes conflitos estariam: i) vulnerabilidade da organização industrial, com setores cada vez menores de trabalhadores podendo corresponder pela força de trabalho de ramos industriais inteiros; ii) interdependência econômica de diversos segmentos industriais reforçada pelo controle de oligopólios ou imensos conglomerados, fazendo com que eventuais problemas localizados na produção afetem toda a cadeia produtiva global; iii) classe trabalhadora cada vez mais diluída na forma representativa de “consumidor”, que ganha importância fundamental na sustentação da produção capitalista, porém é reforçada à

contradição de estar alheia do controle e distribuição da produção; iv) processo de globalização capitalista destruindo as estruturas sociais regionais tradicionais de controle social, ao mesmo tempo que se mostra incapaz de construção de um “sistema unificado de controle em escala mundial” (Mészáros, 2011). As disputas intra-burguesas, intrínsecas à natureza do capitalismo, também aprofundaram a impossibilidade de configuração de algo próximo a um governo mundial, conformando uma série de crises tanto na estrutura como também na superestrutura.

Ainda segundo o autor, durante o desenvolvimento do capitalismo, o controle social teria sido transferido do corpo social ao capital. Toda a organização social seria segmentada em uma estrutura hierárquica e funcional de acordo com o critério de maior ou menor participação no controle da produção e de sua distribuição. A contradição desta organização se dá pelo caráter irracional imanente ao capital, necessitando que progressivamente o controle da produção volte ao corpo social para a própria manutenção sistêmica. O crescente conflito fez com que a transição entre as décadas de 1960 e 1970 ocorressem constantes turbulências sociais, não só evidenciando a crise do *status quo*, como também fazendo emergir agitações em torno da bandeira do controle de trabalhadores sob a produção. Situação completamente diferente da observada na “década de ouro” do capitalismo. Apesar do avanço de parte da mobilização e organização de setores da classe trabalhadora a nível mundial naquela época, o caminho a ser seguido não necessariamente seria o de uma “revolução socialista mundial na virada da esquina” (Mészáros, 2011, p. 57). De forma efetiva, o movimento transcorrido foi em direção oposta. Porém, para o autor, já naquele momento o poder do capital já não conseguia apresentar expansão relevante, ao mesmo tempo que não havia se esgotado.

As contradições do capitalismo que já se mostravam alarmantes no início das “décadas de crise” traziam à superfície os riscos de se atingir os limites absolutos da própria existência material humana. Não só a Guerra Fria estava em uma frenética escalada, com riscos de um conflito nuclear global, mas a questão da crise ecológica começava a despontar não mais como uma pauta marginal. A resposta dada pelo capital vinha na forma mercadoria. Na tentativa de aumentar a taxa de lucros, a resposta ao risco de conflito militar mundial sem precedentes se dava pelo estímulo à indústria bélica. Nesta lógica, o eventual perigo de uma guerra seria afastado com mais investimentos militares. Já as preocupações ambientais, que começavam a se materializar nos mais diferentes movimentos organizados na classe trabalhadora, eram respondidas através da individualização do problema, também na forma mercadoria. Tudo seria resolvido por um novo ajuste na cesta de consumo dos trabalhadores (ou no “dialeto” do capital: consumidores) através de uma maior consciência ambiental, escolhendo apenas aqueles produtos mais “sustentáveis”. Como as “soluções” apresentadas nem sequer arranharam um

mínimo de efetividade, o caminho natural foi do acirramento das contradições, aprofundando ainda mais a crise de dominação. De forma paradoxal, o desenvolvimento do capitalismo em sua trajetória incessante de mercantilizar tudo que é possível, acaba por enfraquecer instituições de controle social fundamentais para sua própria sustentação, como as instâncias religiosas, políticas e educacionais.

De forma individualizada, a própria crise ambiental que despontava, apresentava-se como elemento crítico que poderia levar a um colapso sistêmico. Mesmo a resposta keynesiana para escapar da crise já não correspondia à realidade em termos ecológicos. A meta de adoção universal do padrão estadunidense do chamado “alto consumo de massa” esbarrava no cenário irreversível de exaustão de recursos naturais e colapso ambiental. O caráter expansionista do capital impedia a racionalização da produção, eliminando qualquer tentativa coerente de redução dos impactos ambientais. A supressão de novas iniciativas regionais de exploração de recursos naturais e da reversão da degradação ecossistêmica até podiam ter um ou outro sucesso, principalmente nos centros capitalistas. Porém rapidamente eram transferidas para outras regiões, sobretudo as periféricas. Para justificar tais ações, o discurso do “desenvolvimento” e “modernização” eram amplamente utilizados, junto com a solução final oriunda da salvação pela tecnologia, a “religião da onipotência tecnológica e de uma Odisséia no Espaço na virada da esquina” (Mészáros, 2011, p. 51). A não concretização dessas utopias e o aprofundamento da crise exigiam novas respostas do capital.

O fracasso da promessa da “onipotência tecnológica” dá lugar ao chamado “interesse ecológico”. Novos discursos, porém, com o mesmo objetivo mantido: o de garantir os interesses da acumulação de capital. Naturalmente, o controle da produção continuava a não ser mencionado. Um dos vilões passavam a ser os povos localizados na periferia capitalista, em especial na África e América Latina, responsáveis por uma expansão populacional descontrolada. Já no centro capitalista uma série de cortes em políticas sociais eram propostas como forma de cobrir investimentos voltados à recuperação ambiental. O que não costumava ser mencionado era a efetividade concreta destas ações. Ou seja, os tais fundos ambientais conseguiam reparar os danos gerados pela produção capitalista? Havia ainda outras mediações para a geração dos fundos voltados à regeneração ecológica, sem retirar direitos sociais da classe trabalhadora. Porém, completamente impraticáveis, já que em sua maioria teriam seus recursos oriundos de um excedente do crescimento econômico. Práticas inviáveis devido aos novos padrões que começavam a ser consolidados: aumento do ciclo de recessões econômicas, elevação crônica das taxas de desemprego e de inflação.



A trajetória expansionista, particular ao capital, impedia qualquer medida minimamente adequada à problemática ecológica. A partir dessa inconsistência, propostas de um “crescimento controlado” ou “sustentável” começaram a surgir. Não só se apresentavam incapazes, como começavam a gerar questionamentos sobre como se dava controle da produção, no caso, sob comando do capital. A falácia da tecnologia como solucionadora de todos os problemas no longo prazo já se encontrava cada vez mais desgastada, por também gerar questionamentos críticos. Desta vez voltadas à conexão umbilical do desenvolvimento da ciência e tecnologia com a organização social capitalista, que tinha como fim máximo “perpetuação do processo de maximização dos lucros” (Mészáros, 2011, p. 53).

O terceiro elemento observado por Mészáros está relacionado com a formação de um novo padrão de desemprego. Apesar da pujança do crescimento econômico e dos baixos índices de desemprego, principalmente observados no centro capitalista, a “Era de Ouro” já apresentava uma substituição significativa da força de trabalho não qualificada por um contingente reduzido de trabalhadores qualificados. As consequências desse movimento já podiam ser observadas na década de 1960: aumento das taxas de desemprego junto a uma maior utilização de políticas assistencialistas dos governos nas economias centrais. Esta última medida tinha a intenção não só de responder às pressões sociais que surgiam, mas também à tentativa de garantir a efetivação das mercadorias. Nesse sentido, alguns programas eram especialmente pensados para suprir esta necessidade, como os “cupons para consumo dos excedentes invendáveis de alimentos” (Mészáros, 2011, p. 67), assim como outras políticas mais “tradicionais” como auxílios-desemprego.

Havia um descompasso entre o futuro prometido pelo avanço da tecnologia nas indústrias, aquele que geraria melhores condições materiais de vida para a classe trabalhadora, com a realidade vivenciada. O desenvolvimento da tendência de “modernização” das forças produtivas acabava por gerar sua própria contratendência, dificultando cada vez mais a efetivação do total de mercadorias produzidas. A contínua redução dos postos de trabalho demonstrava um ponto de não retorno ao cenário vivido na “Era de Ouro”. Do lado dos capitalistas, a impossibilidade da expansão dos valores de troca restringia sua lucratividade. Essa nova realidade agrava os desafios para a manutenção do controle social capitalista, como também expunha a contradição do trabalho e da produção tecnológica subordinados à expansão do capital.

Outro elemento de possível esgotamento sistêmico vem da saturação de canais de expansão do capital. Alcançado o limite regional de expansão de capitais, era necessário a utilização de mecanismos da “exportação” das tensões capital-trabalho, que eram feitos via

imperialismo ou colonialismo. Porém com a incapacidade da utilização desses meios se fazia necessária a utilização de outros meios para compensar as reduções das taxas de lucro. Uma dessas respostas se deu através do aumento da taxa de mais-valor absoluta, seja através do aumento das horas das jornadas de trabalho ou de redução salarial real. Cenário que já não era raro de se encontrar mesmo nos países do centro capitalista. Por mais que essa tendência já se mostrasse de forma global no início da década de 1970, ainda havia diferenças consideráveis das taxas de exploração entre as nações. Essas discrepâncias se davam por fatores que iam desde a posição que determinado país ocupava na produção global do capital, assim como as circunstâncias socioeconômicas regionais. Independente das diferenças das taxas de exploração, sejam internas a um país, ou no âmbito internacional, a decisão pela sua elevação, era medida adotada por necessidade de o capital compensar perdas relativas à sua posição global na produção. De outra forma, sua competitividade na disputa do mercado global estaria comprometida.

Por fim, a última tendência de depleção do processo de acumulação do capital que citaremos se relaciona a escalada de eclosões de conflitos militares. Grandes guerras seriam resultantes prováveis após os métodos “normais” de expansão se mostrarem insuficientes. Como já ressaltado, ainda no início da década de 1970, as medidas anticíclicas adotadas largamente anteriormente nos centros capitalistas, já se mostravam ineficazes para reverter cenários de taxas de lucro decrescentes. Mesmo transferências de segmentos privados falidos para o comando estatal não estavam obtendo o resultado esperado. Ao mesmo tempo, se observava uma tentativa mais direta de controle do capital sobre o aparelho do Estado, através de representantes de grandes conglomerados empresariais e financeiros sendo alçados a cargos executivos em importantes pastas governamentais. Quando as tentativas seguidas de recuperação expansionista do capital falham, entra em cena a alternativa bélica.

Longe de ser uma exceção à regra, o uso da força militar não é só aplicado de forma constante pelas instituições no capitalismo, como também é peça chave para a própria sustentação de reprodução do capital. Isso se deve porque periodicamente é necessário a destruição do excedente de capital – pelos mais diversos métodos, incluindo aqueles mais brutais – se mostrando como “” condição vital” para sua recuperação das crises e depressões” (Mészáros, 2011, p. 65). Porém, a configuração do período pós II Guerra Mundial limitava de forma severa essa possibilidade para os Estados capitalistas. O enfrentamento bélico diretamente com o bloco soviético, apesar de constantes tensões, se mostrava um risco alto demais, ainda que não descartado. Ao mesmo tempo, como reflexo da disputa da Guerra Fria, não era possível exportar de forma maciça o nível de violência necessário para realização de

guerras, mesmo em outras regiões. A derrota humilhante estadunidense no Vietnã, apesar de toda superioridade militar, trouxe enorme ônus político ao governo estadunidense, exemplificando os limites da expansão via ações militares.

A guerra não se mostrava apenas um mecanismo fundamental na renovação e posterior expansão do capital, como também uma ferramenta importante no controle social. Em momentos de confrontos bélicos, uma maior legitimação da ordem vigente era obtida, conseguindo justificar as necessárias privações materiais da classe trabalhadora via sentimentos nacionalistas e reforçados pela instituição de um Estado de Emergência. Sendo adotadas estas novas medidas, não só se abriam as possibilidades de uma rápida ampliação das taxas de lucro, como também de uma maior coordenação e racionalização sistêmica, realizada via Estado, voltada exclusivamente à produção e reprodução do capital. Por fim, nestes períodos são comuns a obtenção de importantes avanços tecnológicos que dinamizam de forma ampla a economia.

Mesmo com a limitação do uso bélico marcado no início das “décadas de crise”, havia tentativas da expansão dos gastos militares, mesmo sendo “tempos de paz”. Porém os resultados não eram satisfatórios. O Estado já não conseguia ter ferramentas suficientes para dar resposta à crise estrutural, independentemente da quantidade de recursos que destinava. Na tentativa de recuperação econômica, sem a possibilidade do uso da guerra na escala necessária, as intervenções do Estado não se mostravam apenas ineficazes, como também aprofundam as contradições sistêmicas. A ampliação e incorporação de segmentos industriais não produtivos, realizadas no interior da estrutura global da produção do capital, era uma necessidade na tentativa de evitar reduções ainda maiores das taxas de lucro. Ações do tipo, apesar dos resultados desastrosos evidentes, eram justificadas como sendo realizadas como vitais para o interesse nacional. As consequências afetavam para além das fronteiras nacionais, dado o caráter fortemente interdependente do capitalismo, gerando uma distorção estrutural de custos que iam para além dos contratos envolvidos diretamente com os segmentos militares.

Vista a interpretação de Mészáros, para os possíveis limitantes da trajetória do capital, sob sua forma contemporânea neoliberal, chegamos à conclusão que para o presente trabalho, seria inviável o aprofundamento de todos os caminhos concebíveis pelo autor. Nesse sentido, decidimos escolher os aspectos estruturais que Mészáros destaca para realizar uma análise mais aprofundada no próximo capítulo.

### **3. CAPÍTULO 2. FINANCEIRIZAÇÃO**

Dada a limitação da natureza do presente trabalho, assim como da impossibilidade de se aprofundar em todos os aspectos referidos anteriormente, neste capítulo abordaremos algumas interpretações acerca do tema da “financeirização” no capitalismo contemporâneo. A escolha pela temática é justificada por ser apontada, dentre a maior parte das análises marxistas, como a característica que define a acumulação no neoliberalismo (Saad-Filho, 2015). Apesar de sínteses em comum, há diferenças significativas em relação às causas do fenômeno da financeirização, como também do seu desenvolvimento e tendências. Diferenças que tem em suas raízes controvérsias de cunho teórico, em especial, relativas às categorias apresentadas por Karl Marx, no livro III d' O Capital (Marx, 2017), como veremos adiante.

De acordo com Saad-Filho (2015), apesar de diferenças entre autores, a essência do fenômeno da financeirização - segundo parte considerável de autores marxistas - é expressa no controle do capital portador de juros na definição de alocação dos recursos sociais, assim como da própria reprodução social em geral. Para tanto, são utilizadas diferentes formas do capital fictício. Apoiada pela transnacionalização da produção e distribuição, a financeirização e reestruturação produtiva atingiram níveis globais, gerando expressivas transformações institucionais e consequentemente ampliando a influência das finanças na ideologia, no Estado e nas políticas governamentais (Saad-Filho, 2015).

Uma das principais controvérsias nas interpretações reside na proeminência das finanças no capitalismo contemporâneo. Como veremos adiante, há interpretações que consideram a financeirização presente no neoliberalismo, uma “distorção” do capitalismo, apontando o capital industrial e o capital financeiro como antagonistas. Por outro lado, há os autores que discordam desta tese, destacando dentre outros elementos, o caráter da totalidade do capital, na qual tanto o capital industrial, quanto o financeiro a compõem. Sendo assim, não haveria anomalia do capitalismo pela financeirização, pelo contrário, esta seria consequência do próprio desenvolvimento sistêmico (o que não exclui suas contradições). Para que as diferenças entre estas concepções fiquem mais evidentes, nos voltaremos para as interpretações dos autores das categorias apresentadas por Marx no livro III d'O Capital.

#### **1. 2.1 O DEBATE A PARTIR DE MARX**

O debate sobre um possível antagonismo entre as atividades financeira e produtiva não é recente. De acordo com Sotiropoulos, Milios & Lapatsioras (2013), estes elementos já podiam ser encontrados na escola clássica de pensamento econômico, como em escritos de David Ricardo, assim como autores de outras gerações e tradições teóricas, incluindo Pierre-

Joseph Proudhon e John Maynard Keynes. No debate entre autores marxistas, este também não é um ponto de convergência. Nesse sentido, trataremos nesta seção, a discussão a partir da interpretação de diferentes teóricos acerca dos escritos de Marx.

Inicialmente, apresentaremos o conceito de “capital” definido pelo autor alemão, que é sintetizado pelo economista Eleutério Prado: “relação social que subordina formal e realmente, intensiva e extensivamente, a força de trabalho (...)” (Prado, 2014, p. 21). O capital seria uma contradição em processo, dado que ao mesmo tempo que necessita da força de trabalho para sua valorização, também precisa repeli-la de forma contínua para a obtenção de ganhos de produtividade do trabalho. Este conflito não só não se arrefece, mas marca a “vida social como um todo” (Prado, 2014, p. 21). O autor finaliza apontando que o processo de valorização permanente do capital só pode ser realizado enquanto este se mover no circuito industrial, que por sua vez seria composto pelas formas de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria (Prado, 2014). O capital industrial, portanto, teria como principal característica a sua capacidade de metamorfose, podendo adotar estas diferentes formas funcionais (Carcanholo & Nakatani, 1999).

De acordo com Carcanholo & Nakatani (1999), Marx apresenta em um primeiro momento todas as funções do capital industrial sendo exercidas por apenas um capitalista, o que acaba gerando uma certa confusão com o próprio conceito de capital. Ainda segundo os autores, em um segundo momento, Marx aponta que com a divisão social do trabalho na sociedade capitalista, as formas funcionais apresentadas anteriormente ganham autonomia, sendo exercidas de forma especializada pelas empresas. Esse processo de autonomização, quando realizado, faz com que o capital industrial seja convertido em capital autônomo: “assim, o capital-mercadoria converte-se em capital comercial; o capital-dinheiro em capital a juros; e o capital-produtivo em capital produtivo” (Carcanholo & Nakatani, 1999, p. 291).

A autonomização referente às formas funcionais do capital industrial estaria relacionada à própria constituição da natureza do capital em geral. Para Marx, sua composição é plural, devido à série de diferentes capitais existentes, porém ao mesmo tempo, este conjunto formaria uma unidade: o capital social (apud Prado, 2014). O autor prossegue, identificando que cada capital individual será uma “fração autonomizada do capital social total”, de forma análoga ao que o capitalista individual integra a classe capitalista (apud Prado, 2014). Desta relação entre o particular e o geral, Marx aponta que o movimento realizado pelo capital social “consiste na totalidade dos movimentos de suas frações autonomizadas, das rotações dos capitais individuais” (apud Prado, 2014, p. 22). Esta totalidade não só abarca o capital industrial, mas também suas diferentes metamorfoses. Partindo desta perspectiva, Prado (2014) questiona a

rotulação dada por alguns teóricos, de distorção ou “excrecência disfuncional” dada às formas funcionais do capital financeiro (sobretudo nos períodos em que se encontra relativamente em excesso). Para o autor, as diferentes formas do capital portador de juros, não só fazem parte da totalidade do capital social, como também têm suas próprias funções na organização das relações da ordem capitalista (Prado, 2014). Elemento que fica mais evidente quando Marx ressalta como as restrições monetárias de um capitalista individual são superadas pelo sistema de crédito, materializadas ou no capital de empréstimo ou pelo capital fornecido pelas “sociedades de ações” (apud Prado, 2014).

No segmento da circulação, relações como trabalho e capital, que antes se mostravam antagônicas na esfera da produção, aparentam ser meras relações entre proprietários privados de venda e compra de mercadorias: de um lado os donos da força de trabalho e do outro os donos do capital (apud Prado, 2014). Porém, o que conecta os capitais, que exercem diferentes funções no interior da totalidade, é a necessidade não só para manutenção da extração de mais-valor, como também para a continuidade do processo de acumulação (Prado, 2014). A relação dialética entre as diferentes esferas, assim como os movimentos específicos e o desenvolvimento das formas de distintos capitais na circulação, são apresentadas por Marx no livro III d’O Capital (2017). Para o autor, há sempre uma parte da mercadoria que quer se transformar em dinheiro e vice-versa, gerando constantes metamorfoses e gerando um movimento que é inerente ao capital (apud Prado, 2014). Esta constante necessidade de transformação, gera movimentos cíclicos e é responsável pela formação de diferentes domínios funcionais na economia capitalista, com especialização de capitais (apud Prado, 2014). Dessa forma, se diferenciam por exemplo, a formação do capital de comércio de mercadoria, onde são realizadas as compras e vendas de mercadorias “comuns”, e da formação do capital de comércio de dinheiro, onde se encontram a compra e venda de deste último (apud Prado, 2014).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, faz com que as especializações das formas funcionais dos capitais gerem uma autonomia relativa ao capital industrial, ao mesmo tempo que continuam compondo a totalidade do capital social (Prado, 2014). Esta autonomia é limitada, já que necessita da interação recíproca com outros capitais. A especialização desempenhada nas operações com o dinheiro no processo de circulação de capital não são independentes do capital social. Nesse sentido, é apresentado por Marx a categoria de “capital monetário autônomo”, que ao se especializar na forma de capital monetário, tem como principal função executar “para toda a classe dos capitalistas industriais e comerciais” as operações desempenhadas pelo dinheiro na esfera da circulação (apud Prado, 2014).

Apesar da importância já apresentada de ambas as esferas, é apenas na produção que, segundo Marx, “o capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho” (apud Prado, 2014). A relativa autonomia da especialização do capital financeiro, se torna “uma ficção realmente existente”, denominado “capital fictício”, “sob a crença de que é o que verdadeiramente não é, qual seja, capital que comanda a geração de mais-valia” (apud Prado, 2014, p. 27).

Em relação ao desenvolvimento do capital a juros, segundo Marx, a sua forma já existia antes mesmo da maturação capitalista. Ao atingi-la, o capital portador de juros extrai uma parcela do mais-valor gerada no capital industrial (apud Dominczak & Sabadini, 2013). É nesse sentido que se evidencia a relativa autonomia das formas funcionais especializadas do capital, pois enquanto uma fração de mais-valor é captada pelo capital a juros, esta tem de ser “desembolsada” pelo capital produtivo. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho em conjunto com o das forças produtivas, há uma aparente independência da taxa de juros com a taxa de lucro média: “o capital a juros embolsa a parcela que lhe cabe como juro advindo da mais-valia e o restante aparece como lucro do empresário” (Dominczak & Sabadini, 2013). Então, uma expressiva parcela do capital que se tornou autonomizada, multiplica-se no ciclo global, fazendo com que sua realização ocorra sem “base real” (Dominczak & Sabadini, 2013). A partir desta mundialização, as barreiras entre mercados das nações seriam rompidas: “o mercado mundial se apresenta de maneira efetiva como não sendo somente a conexão entre o mercado interno de todos os outros, os quais seriam mercados externos, mas como o mercado interno de todos os países” (apud Chesnais, 2010).

Para Nakatani & Sabadini (2010), resgatando Marx, o capital portador de juros seria responsável pela execução das seguintes funções: redução do fluxo de circulação do dinheiro devido às operações de crédito; aceleração do processo de reprodução da especulação (e também de possibilitar seu crescimento); separação entre compras e vendas, e por fim, redução dos custos e barreiras temporais tanto na produção quanto na circulação capitalista. Como condição de existência da especialização da fração burguesa responsável pelo adiantamento do dinheiro, é necessária uma grande quantidade de dinheiro entesourado, existente como capital (Paulani, 2011). A princípio, este dinheiro seria utilizado na produção de mercadorias, fazendo com que o retorno deste capital fosse obtido em lucros (valor de uso desta forma de capital) (Paulani, 2011).

Realizado o breve resgate ao pensamento marxista, na interpretação dos diferentes autores apresentados, trataremos na próxima seção, de um debate mais recente, tentando compreender como se materializa a financeirização no capitalismo contemporâneo.

## **2. 2.2 O DEBATE SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA**

Se por um lado, características essenciais do capitalismo (como a extração do mais-valor do trabalho pelo capital) permanecem as mesmas, por outro, uma série de transformações específicas ocorreram na trajetória de seu desenvolvimento desde os últimos escritos de Marx, no século XIX. Entender quais as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas é fundamental para a compreensão da financeirização contemporânea.

Diferenças significativas de análise estão presentes entre autores marxistas sobre como o fenômeno se materializa e se desenvolve nos últimos tempos, de acordo com Dominczak & Sabadini (2013). Para os autores, a primeira divergência está relacionada à existência ou não da financeirização como principal característica do capitalismo contemporâneo. O segundo elemento apontado está nas mudanças de compreensão relacionadas ao uso de determinadas categorias marxistas (sobretudo as apresentadas no livro III d'O Capital). Por fim, existe a discordância entre os autores sobre uma suposta nova fase do capitalismo, junto a existência de um “capitalismo parasitário” (ou pelo menos com forte influência do capital fictício). Neste último campo, há forte crítica ao conjunto (heterogêneo) dos chamados “teóricos da financeirização”, direcionada a certo ecletismo do pensamento marxista, incluindo a adoção de categorias keynesianas.

No presente trabalho, apresentaremos as interpretações segmentadas por autores, destacando em cada momento os principais elementos apresentados por estes. De forma geral, há duas interpretações sobre a financeirização que apresentam maiores diferenciações. No primeiro caso se enquadram os autores que consideram o fenômeno da financeirização contemporânea como uma anomalia ao desenvolvimento capitalista, e em um segundo grupo, aqueles que a consideram como inerente a sua trajetória. Esta divisão não implica uma homogeneização das posições dos autores, pelo contrário, há importantes nuances que serão apresentadas adiante.

### **1. 2.2.1 Regime de acumulação com dominação financeira – François Chesnais**

O economista francês François Chesnais, justifica a partir do que denomina como “noção de regime de acumulação com dominância financeira”, como responsável por parte das mudanças estruturais mais relevantes ocorridas na economia capitalista global das primeiras



décadas do neoliberalismo (Chesnais, 2003). Tendo por base as economias do centro capitalista, segmentos destas transformações seriam “reversíveis”, como por exemplo a dominância dos mercados e operadores financeiros (Chesnais, 2003).

Segundo Chesnais (2003), o regime de acumulação com dominância financeira teria como característica a finança, mesmo que de forma momentânea, como a potência socioeconômica autônoma tanto em relação às classes sociais, como também relativa a outras frações do capital. Conjuntamente à mundialização do capital, este regime representaria uma “etapa particular do estágio do imperialismo, compreendido como a dominação interna e internacional do capital financeiro” (Chesnais, 2003, p. 46). O autor reconhece que a autonomia da esfera financeira, só poderia ser relativa, tal qual apresentado por Marx (2017), identificando que a “acumulação 'financeira' é diferente da acumulação propriamente dita”, ao mesmo tempo que aponta que “é, em última instância, totalmente dependente dela” (Chesnais, 2010, p. 13). Essa dependência ocorreria devido a penetração nos circuitos do capital industrial pelo capital financeiro, extraído da primeira parte do excedente gerado. Em consequência, gera uma segmentação das classes dominantes, sendo composta por uma ativa (proprietária dos meios de produção) e outra passiva (proprietária exclusivamente patrimonial) (Chesnais, 2005).

No centro do processo de acumulação estão contidas novas formas de concentração do capital-dinheiro, expressas principalmente em fundos de pensão e de aplicação financeira. Além disso, novos mecanismos de captação e centralização tanto de valor, quanto de mais-valor, foram criados para que estivessem à disposição das finanças. Por fim, as próprias instituições do Estado, garantem as operações de investimento, provendo não só a segurança e políticas necessárias, como também o suporte financeiro (Chesnais, 2003).

A chamada “primeira fase do ‘poder da finança’”, segundo Chesnais (2003) teria iniciado com o expressivo aumento da taxa de juros reais realizada pelas autoridades monetárias dos EUA, ao início da década de 1980. Foi o primeiro passo para a constituição do que o autor denomina de “ditadura dos credores”. A centralização do poder da finança, abria a possibilidade não só de mudança na repartição da renda, como aumentava a influência sobre a dinâmica e definição do investimento nos países que o setor público desempenhava papel relevante no setor. A concentração da propriedade de ações, fez com que o poder da finança influenciasse também os grandes grupos industriais. Dessa forma, o fluxo dos recursos financeiros passa a ser “refém” do poder da finança, de modo que até mesmo setores não-bancários, passam a contribuir para uma imensa acumulação de ativos financeiros. Consolidando esse cenário a nível global, mercados financeiros nas economias da periferia são criados e/ou expandidos, assim como reformas pró-liberalização dos mercados em geral são realizadas (Chesnais, 2003).

A globalização, também descrita como “mundialização do capital”, para Chesnais, tem relação direta com o regime de acumulação com dominância financeira. Sua aparição estaria indissociável às derrotas da classe trabalhadora, assim como do fim do chamado “socialismo real”.

A mundialização seria reflexo da imposição dos EUA, a nível global, operando através de instituições como FMI, Organização Mundial de Comércio (OMC) e Banco Mundial, por exemplo. A partir desse movimento, estaria garantido da forma mais segura possível, a apropriação de rendas financeiras, através de juros e dividendos, a nível mundial. O autor também menciona que apenas a liberalização da finança não seria suficiente para a manutenção do regime de acumulação. Devido ao que considera como novo padrão de interpenetração entre a “finança” e “indústria”, novas adequações da organização da produção também deveriam ser realizadas. Dentre estas, estariam incluídas a “liberdade total da localização das áreas de abastecimento, de produção e de comercialização”, assim como a “abolição de todo o constrangimento sobre o abastecimento local” (Chesnais, 2003, p. 53). Nesse sentido, a formação de acordos e organizações transnacionais, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, a nível regional, e a OMC a nível mundial, foram cruciais para atenderem estas exigências (Chesnais, 2003).

Do exposto até o momento, se evidencia que a interpretação do economista francês contrapõe o capital industrial ao capital financeiro, também apontando que suas respectivas lógicas de acumulação são distintas. Nesta lógica, para o autor, o regime hegemônico pela acumulação industrial seria caracterizado pela produção de mercadorias correntes, assim como da reprodução do valor e geração de mais-valor. A ascensão do capital financeiro no capitalismo contemporâneo teria um caráter anômalo gerado pela crise dos anos de 1970, fazendo com que o regime de acumulação vigente fosse substituído pelo “regime de acumulação financeira” (Chesnais, 2005). Ainda segundo o autor, este novo momento seria caracterizado pelo desenvolvimento que ocorre fora da produção de bens e serviços, ainda que ressalte não estar completamente dissociada da atividade produtiva. Com a subordinação do capital industrial ao financeiro, as características do capitalismo contemporâneo teriam um novo padrão, com baixo nível e ritmo de acumulação. Como consequência da queda expressiva da extração de mais-valor gerado na esfera da produção, haveria dificuldade na ampliação de sua capacidade e consequentemente rebaixamento do nível da produção de valores de uso (Chesnais, 2005).

## **2. 2.2.2 - Financeirização e globalização dos mercados - Duménil & Lévy**

Na interpretação de Gerárd Duménil e Dominique Lévy (Duménil & Lévy, 2003) o desenvolvimento capitalista contemporâneo estaria ligado a três movimentos, que apesar de certa autonomia, ocorreriam de forma interdependente. O primeiro destes, estava ligado a superação da crise estrutural iniciada nas décadas de 1970 e 1980<sup>6</sup>. O segundo movimento se relaciona à sucessão dos períodos entre crises estruturais. Por fim, os autores mencionam “a continuidade da socialização e as variações das prerrogativas da classe dirigente” (Duménil & Lévy, 2003). A partir da observação destes movimentos, dois aspectos centrais indicavam um novo curso no desenvolvimento capitalista: uma radical mudança técnica a partir do início da década de 1980 e uma transformação profunda na repartição da renda voltada aos juros e dividendos, beneficiando o capital. No primeiro caso, houve a reversão da baixa produtividade do capital, presente em toda década anterior, ao mesmo tempo que permanecia um lento crescimento da produtividade do trabalho. O aumento da taxa de lucros se deu através do quase congelamento dos custos de trabalho. Já no segundo caso, as mudanças ocorreram devido à aplicação das políticas neoliberais, incluindo transformações superestruturais, tanto nas instituições de Estados nacionais, como também no âmbito internacional. O mundo contemporâneo, segundo os autores, seria caracterizado pela “financeirização e globalização dos mercados” (Duménil & Lévy, 2003).

De forma geral, Duménil e Lévy, apresentam três períodos que marcam a transição capitalista para uma nova fase. Seu início se dá já no fim da II Guerra Mundial, com a queda da rentabilidade do capital ocasionando uma severa redução nas distribuições de rendimentos. No segundo período, ocorrido ao final da década de 1970, é caracterizado pela tentativa de uma retomada da “rentabilidade”, com elevação da taxa de juros real sem precedentes realizada pelas autoridades monetárias nos EUA. Há um redirecionamento na gestão das firmas, sendo voltadas aos interesses de acionistas e lucratividade através dos segmentos financeiros. Nesta segunda etapa, as consequências destas ações trazem um aumento no padrão do desemprego. Por fim, o último período, ocorrido em meados da década de 1980, é marcado pelo aumento da rentabilidade do capital, um maior controle de salários e do custo do trabalho em geral, aumentando a concentração de renda nas camadas sociais superiores.

A comparação entre as crises das primeiras e últimas décadas do século XX, de acordo com Duménil e Lévy, tem analogias importantes que podem ser lições importantes na contemporaneidade do capitalismo (Duménil & Lévy, 2003). Para os autores, o cenário no fim do século XIX vivenciado na Europa e EUA, com grave crise estrutural e queda expressiva da

---

<sup>6</sup> Texto escrito anteriormente à crise global de 2008.

taxa de lucros, sofreu uma reversão a partir da I Guerra Mundial, de forma lenta e gradual, a partir do momento que há crescimento do aumento da produtividade do capital. Por sua vez, a estabilização do crescimento econômico só é restabelecida por dois aspectos: a ocorrência de uma revolução técnico-organizacional e pela explosão de mecanismos monetários e financeiros, assim como das rendas financeiras e políticas econômicas correlatas. Uma radical transformação das instituições do capitalismo também ocorre (Duménil & Lévy, 2003). Esta reversão de trajetória, de acordo com Duménil & Lévy, ocorre de forma semelhante a partir da década de 1980. É neste momento que um novo padrão de tendências se estabelece, sendo composto pela alta na produtividade do capital junto a recuperação das taxas de lucro, também associada a uma transformação técnico-organizacional. O paralelo da saída encontrada para as crises estruturais (anterior à I Guerra Mundial e ocorrida na década de 1970) também se dá pela formação de novas instituições financeiras e políticas: em ambos os casos, as consequências são a formação da hegemonia das finanças (Duménil & Lévy, 2003).

Na compreensão de Duménil & Lévy, “finanças” são definidas como “um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições - indivíduos por trás das instituições - que detém importantes capitais monetários e financeiros” (Duménil & Lévy, 2003). A hegemonia alcançada por este segmento, como resposta à crise estrutural, não se traduzia apenas no crescimento das instituições financeiras e no estabelecimento de mecanismos de política econômica que o fossem favoráveis. Para os autores, este domínio também era expresso na determinação das “regras do jogo econômico” pelas finanças (Chesnais, et al, 2003). Temáticas relacionadas à renda, emprego e outros elementos macroeconômicos passaram a ter grande influência do segmento financeiro (Duménil & Lévy, 2003).

A chamada primeira hegemonia das finanças encontraria seu fim com a crise global de 1929. Severas restrições seriam impostas a este setor, dando lugar ao “compromisso keynesiano”, em que o controle macroeconômico se daria pelo Estado, de forma centralizada (Duménil & Lévy, 2003). Segundo os autores, essa nova configuração estaria voltada ao crescimento econômico, assim como a geração de empregos. Porém, seu período de duração é relativamente pequeno, não ultrapassando mais que algumas décadas. De forma gradativa, a retomada da hegemonia das finanças ocorreu logo após o fim da II Guerra Mundial. Sua maturação levaria mais tempo, sendo alcançada apenas na década de 1970, com o fracasso das políticas keynesianas. As finanças já teriam influência no terreno internacional, tendo a alta da taxa de juros de 1979, como marco do restabelecimento da hegemonia da finança

Evidencia-se de acordo com as análises apontadas dos autores, uma perspectiva de desenvolvimento antagônica entre as fases capitalistas, com o período delimitado entre as

hegemonias da finança sido marcado pelas aplicações de políticas keynesianas, representando uma interrupção do modelo de acumulação anterior e posterior. É neste período que Duménil & Lévy (2003), acreditam que o controle central da criação monetária, realizada pelo Estado, possuía mediações que afrouxaram a relação capitalista, quando comparados ao período passado. O caráter anômalo do neoliberalismo (expresso pela financeirização), também conhecida como segunda hegemonia da finança, tem como característica a redefinição da finalidade de controle monetário (que permanece sob poder do Estado), voltada agora para estabilidade inflacionária e a garantia das rendas capitalistas (Duménil & Lévy, 2003).

Tendo apresentado duas concepções de autores que consideram a financeirização como uma irregularidade da trajetória capitalista, iremos apresentar a seguir a visão de teóricos críticos a esta concepção.

### **3. 2.2.3 A crítica da financeirização enquanto irregularidade do capitalismo – Prado e Saad-Filho**

Para Prado (2014), o motivo do fenômeno da financeirização se localiza no próprio desenvolvimento capitalista, incluindo suas contradições no processo de acumulação. O autor utiliza como síntese para o fenômeno da financeirização, a elaboração realizada pelo escritor marxista Paul Mattick (1969), na qual a compreende como um movimento histórico de socialização da propriedade privada também podendo ser observada como uma indicação de declínio do capitalismo. Para o escritor, quanto mais a classe dominante se afasta da produção, continuando a manter a propriedade privada, mais ela se torna uma classe supérflua. Porém, Mattick adverte que esta característica não pode se tornar uma denúncia de um eventual desvio da trajetória do capitalismo, e sim como um envelhecimento do próprio sistema (apud Prado, 2014).

O fato da financeirização se mostrar contra os interesses dos trabalhadores também não pode ser um motivo de um possível desvio sistêmico, mesmo que se comparado ao “período keynesiano”. É nesse sentido que Prado (2014) aponta que falta a alguns defensores da tese da financeirização como anomalia capitalista, apresentar a razão não só que justifique suas posições, mas também que aponte como sua supressão garantiria o retorno da hegemonia do capitalismo industrializante.

As esferas financeira e industrial, no capitalismo, não apresentariam um caráter antagônico, segundo Prado (2014). O autor defende que há finalidade da esfera financeira para o sistema: “as formas de propriedade que dão origem aos ganhos financeiros são necessárias e funcionais, mesmo quando se tornam assombrosas do ponto de vista da reprodução das relações sociais capitalistas” (Prado, 2014). Resgatando categorias apresentadas por Marx, Prado

evidencia que a finalidade da produção não é o valor de uso, e sim o valor, e de forma mais específica, a sua indefinida acumulação. Nesse sentido, a financeirização não representaria um desvio de rota, pelo contrário, representaria o que define como o “estágio aperfeiçoado do capitalismo” (Prado, 2014). Isso se deve pelo fato da produção de mercadorias em geral (valores de uso) não ocorrer à parte da administração financeira, e sim, de estarem subordinadas a esta última, na qual é responsável pela circulação de capital e redistribuição de ganhos para a classe dominante. Nesse sentido, o autor aponta que a financeirização indicaria a superação do capital social (totalidade) aos entraves limitantes dos Estados nacionais, transformando-se em capital financeiro internacional. Em consequência, a propriedade privada, sendo socializada pelas finanças globais, comandaria a acumulação em quase todos os espaços de valorização existentes, sobrando uma margem de manobra extremamente restrita aos Estados nacionais, incluindo a utilização de políticas econômicas. Por fim, Prado (2014) aponta que a burguesia se apresenta cada vez mais em seu caráter internacional, como classe financista transnacional, necessitando do mundo inteiro como terreno para o processo de valorização.

Saad-Filho (2015), assim como Prado, também se encontra no grupo dos que discordam da tese da financeirização como distorção do capitalismo. O autor defende que a supremacia das finanças expressa a subordinação dos capitais individuais pelo interesse do capital social. Esta relação se materializa através da imposição via instituições financeiras, mercados e pelos respectivos mecanismos e regulamentações incorporados. No capitalismo neoliberal, que tem a financeirização como sua principal característica, as finanças passam a ser o modo de existência do capital em geral (Saad-Filho, 2015).

Diferente do período anterior (“Era de ouro”), a acumulação neoliberal não estaria sendo mais regulada por “coligações setoriais contingentes”, sendo agora controlada pela classe capitalista de forma ampla (Saad-Filho, 2015). Nesse sentido, não haveria contradição entre a produção e finanças no regime neoliberal, excluindo qualquer possibilidade de uma espécie de “revolta” do capital industrial, visando o retorno para sistemas de acumulação anteriores. Para o autor, “o capital industrial tornou-se estruturalmente embutido no capital portador de juros, e ele apenas se reproduz segundo a lógica financeira do sistema de acumulação” (Saad-Filho, 2015, p. 66).

A financeirização expressa o controle do capital portador de juros nas fontes de capital mais relevantes, junto às principais orientações de políticas econômicas. Já a globalização, materializa a centralização destas políticas, presentes nas grandes instituições financeiras atuantes nos EUA, assim como na regulação de organizações internacionais (públicas, privadas e multilaterais) também sob domínio estadunidense (Saad-Filho, 2015). As consequências

dessa configuração, para Saad-Filho, resultam em um sistema financeiro globalizado atingindo uma influência nunca vista, trazendo um expressivo aumento de poder das corporações. O autor também aponta que tentativas de intervenções keynesianas já não seriam mais capazes de reverter a dinâmica de acumulação neoliberal.

A configuração superestrutural necessária para a realização da financeirização, tem como ferramenta central o Estado. Nesse sentido, Saad-Filho (2015) é crítico aos que descrevem o neoliberalismo sendo caracterizado pela “redução” do Estado, complementada pela visão de que esta ação impulsiona o crescimento dos mercados em geral, incluindo o financeiro. O autor defende que a hegemonização da finança globalizada se baseia no poder do Estado, atingindo outras dimensões da vida social para além da produção, através de uma ideologia “não-intervencionista”. No período neoliberal, o processo de acumulação global exige que cada Estado nacional, direcione suas ações para a internacionalização da produção e finanças, realizada em seu território (Saad-Filho, 2015).

Para outros autores que apresentaremos a seguir, apesar da concordância com as visões apresentadas por Prado e Saad Filho, na qual a financeirização não corresponde a um descolamento no desenvolvimento do capitalismo, partem da compreensão da categoria de “capital especulativo parasitário” como base do capitalismo contemporâneo.

#### **4. 2.2.4 - Capital especulativo financeiro: Dominczak & Sabadini e Carcanholo & Nakatani**

Rechaçando a tese de um “desvio de rota”, Dominczak & Sabadini (2013) apontam que o desenvolvimento das forças produtivas condiciona a divisão do trabalho, ao passo que a especialização desta última ocorra não só entre as classes sociais, mas no próprio interior destas. Neste sentido, as diferentes formas nas quais o capital se apresenta, ganham uma autonomia relativa (como já apontado anteriormente), mesmo que mantidas as relações de submissão e dominância entre si. Sendo assim, segundo Dominczak e Sabadini (2013) não haveria contradição entre a teoria marxista do valor-trabalho junto a uma compreensão de relativa autonomia da esfera financeira. Ao contrário, os autores apontam que a crescente autonomização traz como consequência uma maior necessidade de intensificação da taxa de exploração da força de trabalho, para garantir a remuneração das frações ligadas às finanças. Em consequência, a sustentação dessa dinâmica só é possível devido ao avanço da relação capital-trabalho, gerando precarização e intensificação do trabalho. Ainda segundo os autores, o capital fictício seria a categoria central para se interpretar o capitalismo contemporâneo.

Para Carcanholo & Nakatani (1999), resgatando Marx, a existência de formas funcionais autônomas do capital, não indicam uma completa independência destes com o

restante dos capitais. Isso ocorre devido ao fato de uma empresa individual não conseguir cumprir todas as funções específicas contidas em uma única forma funcional de capital, como também já apontamos anteriormente.

Na esfera da circulação, teríamos uma diferenciação das funções de capitais utilizados no financiamento (capital a juros) e na circulação da produção (capital fictício). A interdependência entre os capitais se evidencia pelo fato de o capital fictício ter origem no capital a juros, porém sua condição necessária de existência passa por um conjunto de capitais que não atuam mais com a função de adiantamento de dinheiro, passando a se valorizar no “espectro da ficção”. Sendo assim, a multiplicação da riqueza, se daria pelo processo de valorização D-D’, sem uma relação direta com a produção. Este é o meio em que se conforma o capital fictício e a generalização de sua função ganha ainda mais relevância no capitalismo contemporâneo, onde as transações nos mercados financeiros adquirem uma relevância nunca vista na história (Carcanholo & Sabadini, 2009).

Visando uma caracterização mais precisa do que seria esfera financeira, e principalmente de sua especificidade no capitalismo contemporâneo, Carcanholo & Nakatani (1999) apresentam a categoria do “capital especulativo parasitário”. Segundo os autores, sua característica básica reside em não cumprir nenhuma função na lógica do capital industrial, não produzindo mais-valor, tampouco contribuindo para sua geração. Porém, além de se apropriar de parte do excedente formado na esfera industrial, o exige de forma crescente. O capital especulativo parasitário segue “os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não compromisso com o valor de uso e, apesar disso a autovalorização” (Carcanholo & Nakatani, 1999, p. 301). Porém, a função deste capital tende a conduzir esta contradição ao extremo do seu desenvolvimento, que em teoria é a destruição do valor de uso. A trajetória do desenvolvimento do capital pode ser observada através das transformações do capital industrial. Apesar de continuar sendo a síntese das formas autonomizadas de capital produtivo, capital comercial e capital a juros, deixa de ser hegemônica pela primeira função e passa a ser convertido em capital especulativo. Por sua vez, este último também é síntese de variadas formas de capital, porém tendo a predominância passando a ser exercida pelo capital especulativo parasitário. Enquanto a lógica do capital industrial era da acumulação a partir da produção de mais-valor, o capital especulativo tem sua lógica dominada por uma de suas formas autonomizadas, o capital especulativo parasitário. A remuneração passa a ser realizada de forma parasitária, dominando a lógica do capital especulativo.

As diferentes visões aqui expostas, sobre a natureza da financeirização no capitalismo, impactam na visão dos autores selecionados, dentre as possíveis tendências (ou mesmo



alternativas) do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Na seção seguinte, iremos fazer uma breve apresentação dos possíveis cenários, de acordo com os teóricos já comentados.

### **3. 2.3 AS POSSÍVEIS TENDÊNCIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO**

Inicialmente apresentaremos as perspectivas dos autores que defendem a financeirização como uma anomalia da trajetória do capitalismo. Para Chesnais (2005), a financeirização trazia consigo necessariamente tanto as bolhas de crédito, como as crises financeiras. Esse é um dos elementos no qual distingue o capitalismo “neoliberal” do “keynesiano”. Enquanto o último é descrito por Chesnais (2005) como “moderado”, devido às estratégias oligopolistas e ação de políticas anticíclicas, sendo capazes de conter os efeitos mais agudos de crises e recessões, no neoliberalismo, sucedia o que denomina de “processo antagônico suplementar”. Situação gerada pela combinação de um baixo padrão de acumulação junto a “insaciabilidade da finança”. A proeminência das finanças, traria um futuro necessariamente instável, envolto em contínuas crises. O autor justifica esse cenário devido à própria natureza do desenvolvimento deste regime de acumulação, em que é necessária a contínua superação de seus limites.

A financeirização, de acordo com Chesnais (2005), traria três principais consequências. Na primeira ocorreria a ampliação da concorrência, gerando crescimento das taxas de exploração. Outro resultado seria uma mudança na repartição da renda produzida a favor dos rentistas. Por fim, Chesnais aponta a formação de uma tendência à estagnação do crescimento econômico junto a crises regulares. Apesar destas contradições, o autor não via como certa a derrocada do modelo neoliberal. A permanência hegemônica da propriedade patrimonial era uma possibilidade, sobretudo devido aos grandes poderes de frações da burguesia. Porém, outras alternativas também seriam possíveis no futuro, como uma reversão histórica da atual configuração capitalista. Estaria ligada à volta do regime de acumulação presente no período keynesiano, junto a sua lógica predominante centrada no capital industrial. Sendo assim, da mesma forma que ocorrera o New Deal, em 1936, enfraquecendo o capital a ponto de retroceder, seria possível também no futuro, um retorno ao capitalismo keynesiano (Chesnais, 2005).

Para Duménil & Lévy (2003), os quinze anos que antecederam o atual milênio indicavam uma nova fase no capitalismo. A justificativa para tal conclusão era sintetizada em quatro elementos. Em primeiro lugar, os autores defendem que a crise estrutural enfrentada a partir em toda década de 1970 e início da década posterior, estava prestes a ser superada. Este cenário era fundamentado pelo segundo elemento apresentado, ligado às novas tendências de alta da produtividade do capital junto ao aumento da taxa de lucros. Ambos os fatores estariam

sendo impulsionados pelo terceiro elemento apontado pelos autores: uma transformação técnico-organizacional, em especial às novas tecnologias ligadas à comunicação e informação, impactando de forma radical a gestão das firmas. Por fim, Duménil & Lévy apontam a evolução da propriedade capitalista. Neste sentido, haveria uma transformação no caráter social dos meios de produção, nos quais teriam suas propriedades delegadas cada vez mais a grandes fundos de investimento e administrados por gestores (nos quais não eram os proprietários do capital). Os autores defendem que a junção destes quatro elementos apresentados junto a dominância das finanças, característica do neoliberalismo, traria possibilidades ambíguas ao futuro. Da mesma forma que reconhecem que a hegemonia da finança não seria uma condição necessária para o “prosseguimento da história”, acreditavam também que aspectos da finança sobreviveriam a uma eventual superação do neoliberalismo. Dentre as possibilidades futuras possíveis, estaria uma extinção do neoliberalismo, porém feita de forma gradual e tendo seu ritmo determinado pela luta de classes. Em outros cenários, os autores afirmam que, no caso de uma grande crise ocorrida no centro capitalista, semelhante a consumada em 1930, “a história iria repetir-se-ia de maneira desconcertante” (Duménil & Lévy, 2003, p. 41).

De forma geral, dentre os teóricos críticos à tese da financeirização como deturpação do capitalismo, as perspectivas eram menos otimistas. Há consenso, por parte dos autores, nas características do capitalismo em apresentar um padrão de baixa acumulação, ou seja, baixas taxas de investimento e crescimento, ao mesmo tempo em que há elevado nível de lucratividade (Dominczak & Sabadini, 2013). Os limites dessa configuração seriam manifestados através das constantes crises do capital, em especial, na esfera financeira, assim como na crescente diferença entre ativos financeiros e investimentos produtivos das últimas décadas. Contradições que escancaram não só a insustentabilidade sistêmica da continuidade de acumulação via especulação financeira, como também aponta a necessidade do capitalismo de uma reorganização para garantia da taxa de extração de mais-valor absoluta, relativa e extra (Dominczak & Sabadini, 2013). É nesse sentido que na interpretação de Carcanholo & Sabadini (2009) a única forma de manutenção da financeirização como característica central do capitalismo contemporâneo se dá através da intensificação da exploração do trabalho.

A permanência do modelo neoliberal de desenvolvimento também se mostra insustentável, de acordo com Saad-Filho (2011). A disciplina social via financeirização, imposta à classe trabalhadora, pela especulação imobiliária assim como expansão do crédito pessoal nas últimas décadas, estaria gerando um endividamento crescente das famílias. Situação consequente da estagnação salarial e perda de direitos de seguridade social. O autor também concorda com visões anteriores já expostas, tendo a financeirização como catalisadora do

aumento da taxa de exploração. A crise global de 2008 seria o “resultado de um processo insustentável de financeirização neoliberal” (Saad-Filho, 2011).

Com objetivo de ter uma visão mais próxima da trajetória do neoliberalismo e analisar as hipóteses apresentadas até o momento, iremos nos debruçar sobre indicadores econômicos no próximo capítulo.

#### **4. CAPÍTULO 3. AS EVIDÊNCIAS DE CRISE NO NEOLIBERALISMO**

Os capítulos anteriores tiveram por objetivo a apresentação das perspectivas históricas, teóricas e analíticas de diferentes autores, apesar de controversas, de forma que nos fornecessem uma base para uma compreensão mais totalizante dos principais movimentos da trajetória do neoliberalismo. Neste capítulo, apresentaremos alguns indicadores econômicos que nos auxiliem na busca por respostas de nosso objetivo geral, ou seja, se a reprodução do modelo socioeconômico atualmente vigente estaria em uma rota de esgotamento.

O desenvolvimento dos dados que iremos apresentar não tem por objetivo encerrar a discussão apresentada, fornecendo um veredito final. Fato que se deve, não só pelas limitações da própria natureza do presente trabalho, como também pela própria dimensão de extrema complexidade do objeto de estudo. Os indicadores manifestados neste capítulo também têm por intenção dialogar com o material teórico já apresentado anteriormente. Em sua maioria, os marcadores que mostraremos a seguir, tiveram como fontes, principalmente, bases de dados acessíveis como as encontradas no Banco Mundial, OCDE e em Maddison Project Database.

Para cumprirmos o propósito deste trabalho, tivemos por intenção a apresentação dos indicadores em quatro momentos históricos diferentes, visando um comparativo dos períodos. Em um primeiro momento, a primeira faixa temporal analisada será do período compreendido entre o fim da II Guerra Mundial, em 1950, até o período imediatamente anterior ao “primeiro choque do petróleo”, em 1972, também já denominado anteriormente como a “Era de Ouro” do capitalismo. A segunda fase analisada, compreenderá as chamadas “décadas de crise”, compreendendo os anos de 1973 até 1991. O encerramento desse período se justifica pelo ano que marca o fim do “socialismo real”, através da dissolução da URSS e o início da consolidação hegemônica do neoliberalismo mundialmente. Em tese, seria um momento de fim da crise vivenciada há mais de vinte anos, para se iniciar um novo ciclo de expansão econômica, pelo menos de acordo com os entusiastas neoliberais. O período seguinte analisado, tem início em 1992 e se encerra em 2007, um ano antes da grande crise global, que teve seu estopim no setor financeiro do centro capitalista, impactando de forma severa o restante do mundo. Por fim, analisaremos os anos de 2008 a 2021, chegando aos dados mais atuais disponibilizados. Devido

ao impacto da recente pandemia do novo coronavírus, iniciada em 2019, apresentamos os dados para este período em duas séries, tendo o mesmo início já apontado, porém uma encerrada em 2021, e outra no ano de 2018. O objetivo dessa separação é observar o quão este último período de crise pandêmica afetou a última faixa temporal que nos propusemos a analisar.

Entre as regiões analisadas, as dividiremos em três blocos. O primeiro contendo países do centro capitalista, um segundo com países da América Latina e um terceiro composto unicamente pela China. As motivações que nos fizeram escolher esta configuração, se devem em um primeiro momento à compreensão da dinâmica do desenvolvimento neoliberal nos países responsáveis pela implantação desta hegemonia no mundo, localizados na Europa Ocidental (Alemanha, França, Reino Unido), na América do Norte (EUA) e Ásia (Japão). No segundo bloco, nosso objetivo é entender como se dá a trajetória neoliberal em parte da periferia capitalista, em especial nos países que foram vanguarda na instauração desse modelo (Argentina e Chile), assim como nas maiores economias regionais (Brasil e México). Por fim, a escolha de um único país como a China, se deve não só a imensa relevância econômica que vem ganhando nas últimas décadas, como a sua trajetória de desenvolvimento divergente da ortodoxia econômica preponderante globalmente.

É importante que se atente para as limitações encontradas no desenvolvimento deste capítulo. Em primeiro lugar, devido ao período amplo analisado, nem sempre foi possível conseguir todos os dados para os períodos descritos anteriormente. Nesse sentido, para alguns indicadores foi necessário suprimir uma ou outra faixa temporal. O fato de trabalharmos com dados relativamente recentes implicaram em algumas informações relativas aos últimos anos não estarem disponíveis. Outro ponto que destacamos, está no fato de nem sempre ter sido possível encontrar os dados relacionados aos países dos três blocos que citamos, incluindo algumas situações em que apenas parte das nações ou da faixa temporal desejada estavam disponíveis.

Do ponto de vista analítico, via de regra, não iremos apontar para as especificidades que cada trajetória nacional terá em seu desenvolvimento, que sem dúvida refletirá em alguns dos indicadores apresentados. Dos parâmetros analisados, a finalidade será apresentar fatos estilizados que possam evidenciar aspectos mais amplos. De forma geral, apresentaremos os dados em médias dos países que conformam os blocos. Por fim, acreditamos que mesmo com as limitações evidenciadas, as informações coletadas ainda tenham relevância para o objetivo do trabalho.

### 1. 3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Como primeiro parâmetro de análise, traremos o PIB per capita real. O objetivo do exame de sua trajetória se justifica, em um primeiro momento, para comparar o crescimento econômico do neoliberalismo, em diferentes períodos, com a “Era de Ouro”. A escolha do PIB per capita real e não apenas do PIB, se deve ao fato de podermos equiparar os parâmetros entre países que têm tamanhos populacionais de grandes diferenças, assim como de retirar a influência presente no PIB do crescimento vegetativo populacional e da inflação ao longo do tempo. Utilizaremos a média geométrica para os períodos de interesse, sendo os dados obtidos dos blocos, resultantes da média aritmética das médias geométricas dos respectivos países que o compõem.

**1. Tabela 1.1 - Média geométrica do percentual de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita real, por faixa temporal selecionada - 1950/2018 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1950-1972      | 1973-1991 | 1992-2007 | 2008-2018 |
| Bloco 1 | 3,74           | 2,01      | 1,94      | 0,83      |
| Bloco 2 | 2,46           | 0,84      | 2,78      | 0,87      |
| China   | 2,68           | 3,97      | 6,14      | 4,81      |

Fonte: Maddison Project Database, 2020. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

Como visto anteriormente, uma das “promessas” do neoliberalismo estava no retorno às taxas de expansão econômica presentes nas primeiras décadas após o fim da II Guerra Mundial. A tabela 1.1 mostra indícios que essa promessa não se cumpriu. No bloco representativo dos países do centro capitalista, não só não houve retorno às taxas da “Era de Ouro”, como há redução contínua dos níveis de crescimento até 2018. Já no bloco 2, apesar de recuperação nas décadas de 1990 e parte na década de 2000, superando os níveis da primeira faixa temporal apresentada, há queda bastante relevante no último período analisado. Por fim, a China, mostra uma trajetória de expressivo crescimento, mesmo que reduzida nos últimos anos, possui taxas consideravelmente superiores às dos outros blocos. A queda geral do

crescimento observada no último período nos três casos analisados, pode ser um indício da severidade da crise global de 2008, na qual mesmo após uma década de sua ocorrência, há uma relevante queda nas taxas médias observadas. Ainda sobre este período, ressaltamos que o último ano analisado se inicia antes da pandemia do novo coronavírus. Ou seja, a “saúde” econômica já não se encontrava com um desempenho notável, pelo contrário.

Ainda dentro do parâmetro PIB per capita real, comparamos, em termos nominais, o quão distante estão os países do bloco 1 do restante dos países analisados. Nesse sentido, identificamos a diferença entre o primeiro e último ano de cada série temporal do bloco 1 (em US\$ a preços de 2011) e encontramos qual percentual correspondente das respectivas diferenças dos períodos, tanto ao bloco 2 quanto à China. Os dados finais dos blocos analisados foram obtidos pela média aritmética encontrada dos países que a conformam.

**2. Tabela 1.2 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita nominal real em relação ao bloco 1, por faixa temporal - 1950/2018 (%)**

| Países                     | Faixa temporal |           |           |           |
|----------------------------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|                            | 1950-1972      | 1973-1991 | 1992-2007 | 2008-2018 |
| Bloco 2 (média aritmética) | 31,73          | 15,63     | 42,73     | 34,17     |
| China                      | 6,54           | 17,23     | 48,25     | 142,40    |

Fonte: Maddison Project Database, 2020. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

Apesar da proximidade entre as taxas de crescimento do bloco 1 e 2, no último período analisado na tabela 1.1, a tabela 1.2 nos mostra que em termos comparativos, há uma grande diferença entre os blocos, chegando a ser de aproximadamente um terço neste primeiro momento. E essa expressiva desigualdade ocorre em todos os períodos analisados, com a menor diferença ocorrendo no período de 1992 a 2007, porém com grande aumento na etapa seguinte. Já no caso chinês, a diferença é continuamente reduzida, chegando a ultrapassar os níveis do bloco 1 no momento posterior à crise de 2008. Até mesmo em comparação com o bloco 2, a China se encontrava, nas primeiras décadas, em níveis inferiores consideravelmente inferiores, realizando um feito muito notável em termos de crescimento nominal ao longo do tempo.

## 2. 3.2 DESEMPREGO

Índice de fundamental importância para a classe trabalhadora. Assim como no parâmetro anteriormente analisado, uma das promessas do neoliberalismo era a de redução das taxas de desemprego. Por sua vez, parte dos críticos a este modelo de desenvolvimento apontavam para resultados contrários aos prometidos, ressaltando um aumento do caráter poupador da força de trabalho. Como apontado nos capítulos iniciais, outras críticas se direcionam ao fato que mesmo em momentos de aquecimento econômico, o neoliberalismo não seria capaz de incorporar uma força de trabalho equivalente a períodos anteriores.

**1. Tabela 2 - Média aritmética da taxa de desemprego anual (porcentagem do total da força de trabalho) por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1960-1972      | 1973-1991 | 1992-2007 | 2008-2018 | 2008-2020 |
| Bloco 1 | 3,09*          | 6,07      | 7,04      | 6,30      | 6,10      |
| Bloco 2 | -              | 6,08      | 8,48      | 7,14      | 7,48      |
| China   | -              | 3,00      | 3,40      | 4,18      | 4,18      |

Fonte: Banco Mundial, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

\* Série com pouca amostragem dos seguintes países: Alemanha, França e Reino Unido.

Antes de analisarmos os resultados obtidos pela tabela 2 é preciso fazer alguns esclarecimentos metodológicos. Além da base de dados utilizada possuir informações apenas a partir de 1960, nem todos os países contém uma série de dados completos para o período. Principalmente na primeira faixa temporal, que vai até 1972, não há uma grande quantidade de dados, em especial aos países que compõem o bloco 2, não havendo nenhuma informação relativa ao Chile e México para o período. Ainda para este intervalo, mesmo as informações relativas a Argentina e Brasil são escassas, aparecendo apenas na década de 1970. Sendo assim, decidimos suprimir os resultados do bloco 2 nesta primeira faixa temporal, dada a pouca disponibilidade de dados. No caso do bloco 1, dois países possuem todas as informações em todo o período analisado: E.U.A e Japão. Os outros países componentes do grupo têm escassez de dados também na primeira época analisada. Neste caso, realizamos uma média aritmética

ponderada, o que indicará com maior relevância para este primeiro momento, os dados relativos aos E.U.A e Japão. Por fim, a China só apresenta informações a partir do início da década de 1970, com poucas lacunas nos anos seguintes, como nos últimos anos da amostragem: 2015, 2016 e 2020.

Realizada as ressalvas metodológicas, observamos na tabela 2 um padrão geral de crescimento da taxa de desemprego ao longo dos anos, em que pese uma redução desta tendência nos blocos 1 e 2, a partir da crise de 2008. No caso dos países representantes do centro capitalista é notável a diferença dos patamares alcançados posteriormente ao primeiro choque de petróleo em relação ao período anterior. Apesar de não possuir diferenças expressivas nas duas últimas séries temporais, o comportamento de ambos os blocos segue tendências opostas. Enquanto o bloco 1 possui uma redução da taxa de desemprego no espaço de 2008-2020, se comparado com 2008-2018, o bloco 2 sofreu um aumento, indicando uma tendência deste indicador ter sido mais afetado pela pandemia nos países representantes da América Latina. Por fim, os índices chineses em todo o período analisado, apesar de se mostrarem crescentes, estão em patamares mais baixos do que ambos os blocos analisados, chegando a estar mais próximos ao desempenho apresentado pelos países do centro capitalista no primeiro período analisado.

Se compararmos os resultados obtidos na tabela 1.1 com os da tabela 2, podemos ter alguns indícios sobre a relação de expansão econômica com as taxas de desemprego. Tanto no bloco 1, quanto no bloco 2, os períodos de maior taxa de desemprego estão localizados entre os anos de 1992 e 2007. De forma contraditória, é justamente nesta faixa temporal em que as nações selecionadas da América Latina apresentam melhor desempenho em termos de crescimento econômico, porém contam com uma taxa de desemprego de quase 8,5%. Entretanto, a expressiva redução do crescimento destes países após a crise de 2008, acaba coincidindo também com uma melhora nos níveis de desemprego. Já no caso dos países do bloco 1, mesmo com uma queda progressiva das taxas de crescimento em todo período analisado, há uma reversão da queda das taxas de desemprego apenas no último período analisado.

Para mais indícios da motivação dessa trajetória seria necessário um aprofundamento de outras variáveis, além do estudo mais detalhado de especificidades ocorridas em cada nação, algo que foge do escopo do presente trabalho. O que podemos afirmar, pelo visto até o momento, é que a trajetória neoliberal não conseguiu cumprir as promessas de redução das taxas de desemprego assim como do aumento das taxas de crescimento econômico.



### 3. 3.3 GASTOS ESTATAIS

Dentre as principais justificativas para adoção das políticas econômicas neoliberais, o corte de gastos do Estado (visto como “redução” do mesmo), estava no centro das ações necessárias para que se alcançasse o crescimento econômico. As destruições das políticas que caracterizavam o chamado Estado de Bem-Estar Social foram aplicadas visando as necessidades de ajuste fiscal e não interferência do Estado nas atividades econômicas. Nesta seção iremos analisar os gastos estatais em relação ao PIB. As categorias apresentadas estão de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

Infelizmente só foi possível ter acesso aos dados a partir do ano de 1995 e ainda assim de parte limitada dos países apresentados anteriormente. Em consequência, não será possível apresentar as informações relativas às nações do bloco 2 e da China. A composição do bloco 1 também foi alterada, não contendo os dados do Japão.

1.

2. **Tabela 3.1 - Média aritmética anual do percentual dos gastos totais do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1995-2007      | 2008-2018 | 2008-2020 | 1995-2020 |
| Bloco 1 | 43,80          | 46,24     | 46,64     | 45,22     |

Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

**3. Tabela 3.2 - Percentual de variação dos gastos totais do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)**

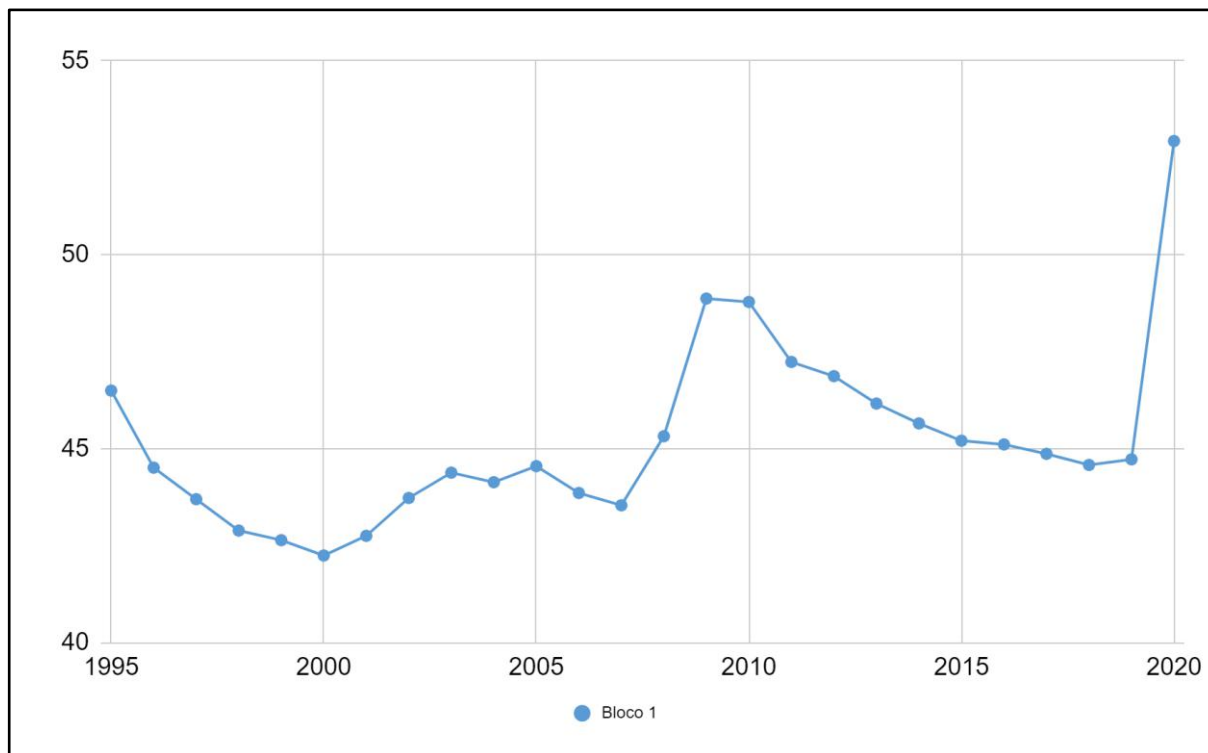
| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1995-2007      | 2008-2018 | 2008-2020 | 1995-2020 |
| Bloco 1 | -2,53          | -1,63     | 16,80     | 13,84     |

Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008

Apesar de não ser possível realizar uma comparação com os períodos tanto da “Era de Ouro”, como também das “décadas de crise”, o movimento que observamos na tabela 3.1, a partir de meados da década de 1990, é de aumento na média dos gastos estatais totais nos países do centro capitalista observados. Quando comparamos a variação entre o primeiro e último ano dos períodos analisados, obtivemos resultados que necessitam maior atenção. A tabela 3.2, aponta para uma queda dos gastos estatais totais, tanto quando comparados os anos de 1995 e 2007, como também quando comparamos os anos de 2008 e 2018. Porém, notamos um crescimento expressivo da variação, ao incluirmos os anos que marcam o início da pandemia do novo coronavírus. Para melhor compreensão, analisamos a variação ocorrida anualmente.

**5. Gráfico 1.1 - Média aritmética anual do percentual dos gastos totais do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1 - 1995/2020 (%)**



Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

No gráfico 1.1 podemos observar que as maiores taxas de crescimentos dos gastos estatais totais ocorrem justamente nos períodos de crise. É nesse sentido que os valores se expandem de forma mais relevante, tanto nos anos de 2008 e 2009, e de forma surpreendente no ano de 2020, quando a crise gerada pela pandemia atingia com força o centro do capitalismo. Entre esses períodos turbulentos a trajetória mostrada é de queda nos gastos.

Como citado, Baruco & Carcanholo (2011) defendiam que o curso neoliberal, diferente do discurso apresentado por seus defensores, não demonstrava uma expressiva redução dos gastos estatais. Nesse sentido, ocorreria um redirecionamento dos recursos, que estariam cada vez mais voltados à esfera fictício-financeira, em detrimento a políticas sociais. Com os dados que temos à disposição, não é possível analisar se de fato este cenário se confirma, visto não termos as informações disponíveis tanto na “Era de Ouro”, quanto do início da materialização neoliberal, a partir da década de 1970. O que podemos observar é que os gastos totais do Estado, pelo menos desde meados do decênio de 1990, aumentam em momentos de crise, nos dando

indícios de adoção de políticas econômicas anticíclicas e de possíveis pressões populares para sua adoção.

Com o objetivo de analisar de que forma são alocados os recursos estatais, vamos analisar os gastos destinados às áreas de educação, saúde e habitação.

**6. Tabela 3.3 - Média aritmética anual do percentual dos gastos em Educação, Saúde e Habitação do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1995-2007      | 2008-2018 | 2008-2020 | 1995-2020 |
| Bloco 1 | 12,53          | 14,00     | 14,11     | 13,32     |

Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

**7. Tabela 3.4 - Percentual de variação dos gastos em Educação, Saúde e Habitação do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)**

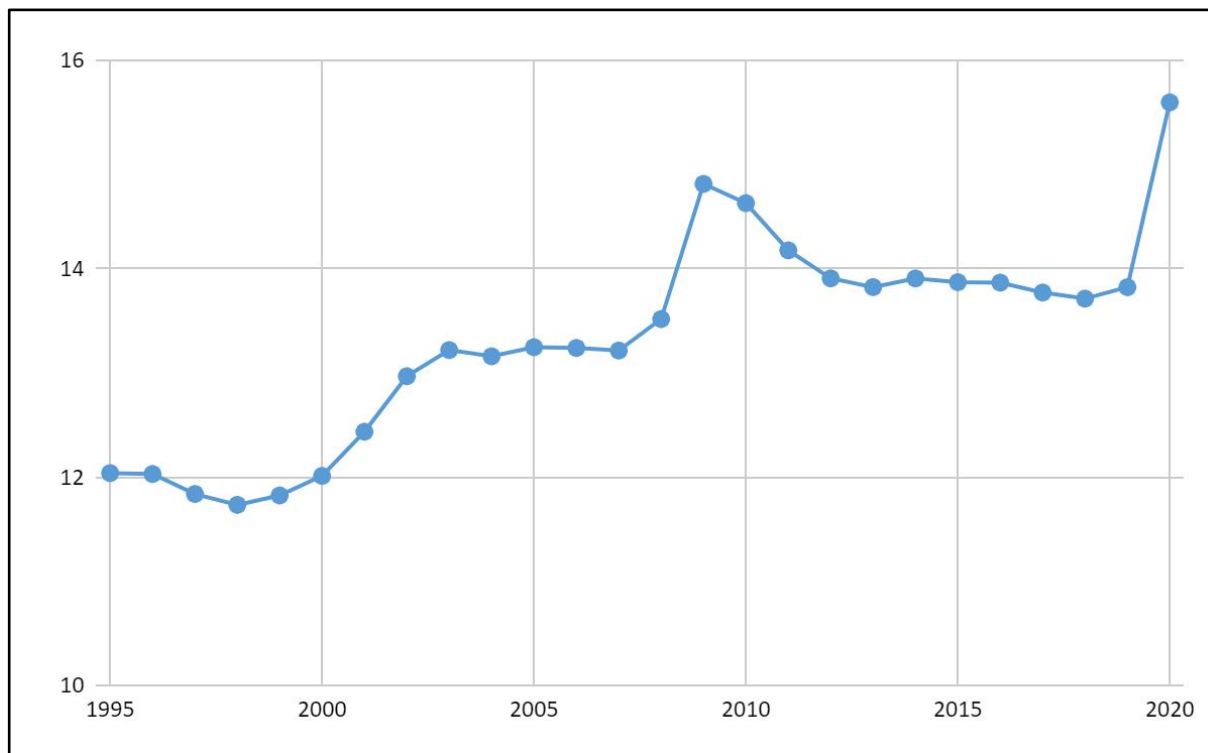
| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1995-2007      | 2008-2018 | 2008-2020 | 1995-2020 |
| Bloco 1 | 9,78           | 1,45      | 15,40     | 29,58     |

Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

Nas tabelas 3.3 e 3.4, podemos observar que há aumento desde 1995 do percentual destinado às áreas de educação, habitação e saúde, em termos percentuais de PIB. No primeiro período analisado há uma variação maior do que no segundo período, considerando como faixa temporal até o ano de 2018. De forma semelhante à trajetória dos gastos estatais totais, há um expressivo aumento nos últimos dois anos nesses setores. Devido à gravidade da situação vivenciada a partir de 2019, uma das hipóteses prováveis é de uma importante ação mobilizadora da classe trabalhadora pressionando por aumento de investimentos sociais.

**8. Gráfico 1.2 - Média aritmética anual do percentual dos gastos em Educação, Saúde e Habitação do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1 - 1995/2020 (%)**



Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

No gráfico 1.2, diferente da tabela 3.3 é possível observar as flutuações anuais do indicador, ao invés da média por faixa temporal. Observamos um percurso similar ao que vimos nos gastos totais dos governos centrais do bloco 1, com aumento expressivo dos recursos nas fases mais agudas de crises globais, sobretudo nos anos de 2009 e 2020. Uma diferença mais expressiva se relaciona ao período anterior à crise de 2008. Enquanto nos gastos estatais totais, há uma redução do nível neste primeiro período, os recursos destinados às áreas de educação, habitação e saúde basicamente se mantêm nos primeiros cinco anos e depois crescem após o ano 2000, se estabilizando novamente após 2003. Posteriormente não houve grandes alterações do nível observado antes da crise de 2008.

Ainda sobre a hipótese de pressões construídas pela classe trabalhadora nos períodos de instabilidade citados anteriormente, uma análise que pode reforçar estes indícios, está ligada aos gastos do Estado relativos à proteção social.

**9. Tabela 3.5 - Média aritmética anual do percentual dos gastos em Proteção Social do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1995-2007      | 2008-2018 | 2008-2020 | 1995-2020 |
| Bloco 1 | 15,66          | 16,78     | 16,96     | 16,31     |

Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

**10. Tabela 3.6 - Percentual de variação dos gastos em Proteção Social do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) dos países que compõem o bloco 1, por faixa temporal selecionada - 1995/2020 (%)**

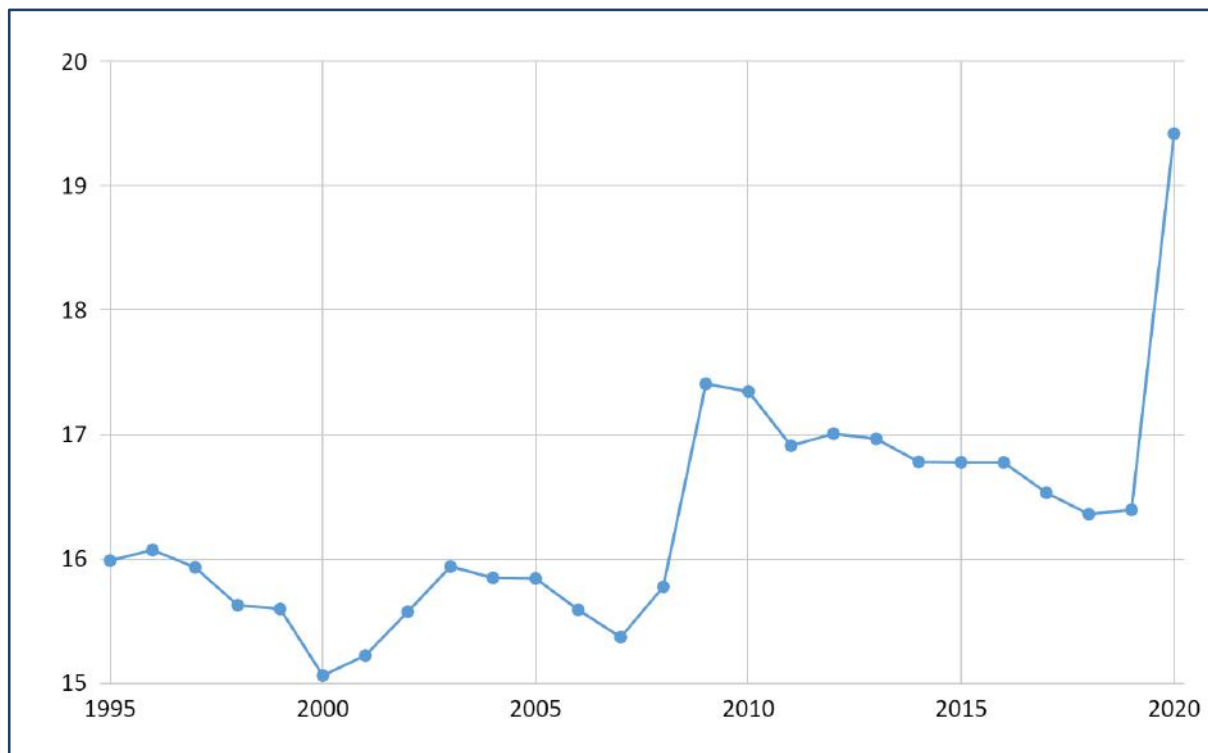
| Países  | Faixa temporal |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1995-2007      | 2008-2018 | 2008-2020 | 1995-2020 |
| Bloco 1 | -3,86          | 3,70      | 23,12     | 21,50     |

Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

Como observamos nas tabelas 3.5 e 3.6, a média dos gastos relativos à proteção social aumenta ao longo do tempo, apesar de uma queda da taxa no primeiro período, se comparamos os anos de 2007 e 1995. Essa tendência sofre violenta inflexão quando incorporados os últimos dois anos da faixa temporal analisada. O aumento observado já na segunda faixa temporal, quando comparados os anos de 2008 e 2018, já indicam o aumento de recursos no período de crise, hipótese que pode ser confirmada no gráfico 1.3.

**12. Gráfico 1.3 - Média aritmética anual do percentual gastos em Proteção Social do governo central em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - 1995/2020 (%)**



Fonte: OCDE, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A e Reino Unido. Dados compilados de acordo com o Sistema de Contas Nacionais de 2008.

#### 4. 3.4 INFLAÇÃO

O fim da “Era de Ouro” trouxe consigo novos padrões de desenvolvimento, sendo o aumento das taxas de inflação (não raras vezes também acompanhadas de estagnação econômica) um dos fatores que mais geravam preocupações, tanto aos *policy makers*, quanto da classe trabalhadora, que via seu poder de compra reduzir-se rapidamente. O fracasso das políticas econômicas keynesianas diante do combate inflacionário, a partir da década de 1970, abriu espaço para que programas neoliberais, que prometiam estabilização, fossem implementados.

Para análise desse índice, obtivemos dados disponíveis a partir de 1960 até 2021, conseguindo informações para os países dos dois blocos e para a China. Entretanto, em relação à Alemanha, só foi possível obter os parâmetros a partir do ano de 1971. Para evitar interferência nos resultados do bloco 1, decidimos excluir a Alemanha deste grupo. Para obtenção dos dados de ambos os blocos, calculamos as médias geométricas de cada nação por



faixa temporal, para posteriormente encontrar a média aritmética, por respectivo bloco, das médias geométricas obtidas anteriormente.

**1. Tabela 4 - Médias geométricas anuais das taxas de inflação, por faixa temporal selecionada - 1960/2021 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1960-1972      | 1973-1991 | 1992-2007 | 2008-2018 | 2008-2021 |
| Bloco 1 | 4,74           | 6,90      | 1,47      | 0,98      | 1,23      |
| Bloco 2 | 25,04          | 143,97    | 23,76     | 10,92     | 13,26     |
| China   | 0,56           | 3,86      | 5,52      | 2,91      | 2,95      |

Fonte: Banco Mundial, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

Podemos observar pela tabela 4, que dentre os representantes da América Latina, as respectivas taxas de inflação foram devastadoras, contabilizando uma média anual superior a 140% em quase duas décadas, a partir do início do decênio de 1970. Em que pese a piora deste índice, no mesmo período, para os países representantes do centro capitalista, nada se compara a situação do bloco 2. É preciso salientar a heterogeneidade da trajetória inflacionária dentre os países que compõem os blocos. Como exemplo, podemos citar a trajetória japonesa de deflação a partir da década de 1990, enquanto as médias argentinas permanecem em dois dígitos nas últimas décadas analisadas. Ambos os comportamentos divergem dos outros países que compõem seus respectivos blocos. Entretanto, como dito anteriormente, no início deste capítulo, o objetivo do presente estudo não é de adentrar nas particularidades de cada nação, e sim de obter fatos estilizados que possam nos auxiliar em uma visão mais geral. Nesse sentido, acreditamos que os dados apresentados nos corroboram com esse objetivo.

Após as “décadas de crise” há expressiva redução das taxas de inflação nos decênios posteriores, para ambos os blocos. Para estes países, a partir da década de 1990, há de fato uma maior estabilização da economia. Neste período também ocorre a consolidação global das políticas neoliberais. Porém, o relevante aumento inflacionário a partir da crise do novo coronavírus deve ser observado, ainda mais somados a novos elementos como a invasão russa na Ucrânia, iniciada em 2022, que não farão parte da análise deste trabalho.

A China por sua vez, mostra uma trajetória peculiar. Além de índices inflacionários bastante moderados, o período que apresenta maiores taxas de inflação corresponde ao que possui maiores taxas de crescimento, como já observado na análise anterior do PIB per capita. Diferente do bloco 1, a China conseguiu manter taxas crescentes de expansão econômica, ao mesmo tempo que manteve a ameaça inflacionária sob controle.

## 5. 3.5 INVESTIMENTO

As taxas de investimento, em especial, os índices de formação de capital bruto, são importantes indicadores do processo de acumulação do capital. Para Mendonça (1990) a redução dessas taxas ao fim da década de 1960, já apontavam para indícios de uma crise estrutural no centro capitalista. A retomada dos investimentos via capital privado, através das reformas liberalizantes, se consolidou como uma das pautas centrais dos programas neoliberais já na década de 1970 (Baruco & Carcanholo, 2011).

A base de dados que dispomos para análise desta seção, apesar de possuir informações a partir de 1960, para os países do bloco 2 e China, possui lacunas para a maioria dos países do bloco 1 (exceto França), com dados disponíveis apenas a partir de 1970. Nesse sentido, decidimos suprimir os dados da primeira faixa temporal (1960-1972) para o bloco 1. O parâmetro que iremos analisar será a formação de capital bruto em porcentagem do PIB.

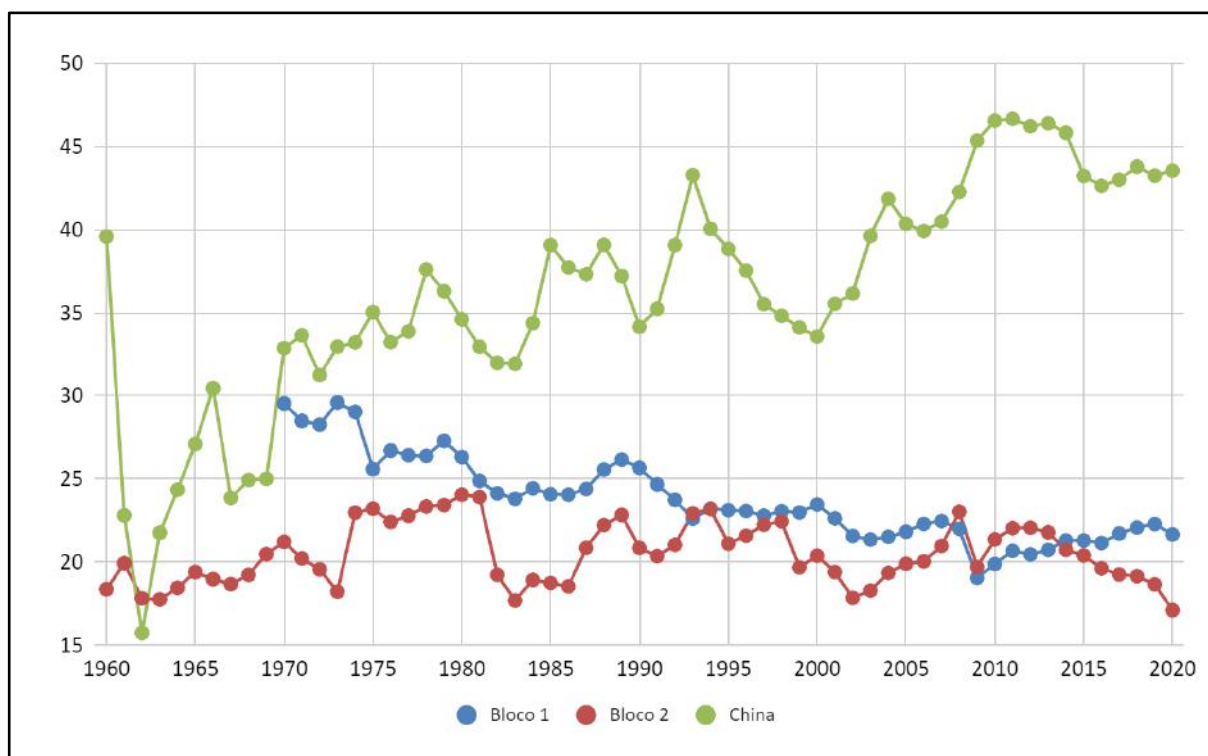
**1. Tabela 5.1 - Média aritmética das taxas anuais de formação de capital bruto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1960-1972      | 1973-1991 | 1992-2007 | 2008-2018 | 2008-2020 |
| Bloco 1 | -              | 25,75     | 22,60     | 20,94     | 21,10     |
| Bloco 2 | 19,23          | 21,29     | 20,65     | 20,83     | 20,37     |
| China   | 27,18          | 35,15     | 38,17     | 44,72     | 44,52     |

Fonte: Banco Mundial, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

**3. Gráfico 2.1 - Taxas anuais de formação de capital bruto em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%)**



Fonte: Banco Mundial, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

Apesar da média dos países que compõem o bloco 2 não possuírem grandes discrepâncias na tabela 6, podemos observar oscilações na trajetória anual observada no gráfico 2. Os altos e baixos marcam toda a trajetória dos países representantes da América Latina. Porém há formação de uma tendência, ao longo de todo o período observado, que indica uma certa estagnação em termos de taxa de crescimento da formação de capital bruto (em termos percentuais do PIB). Apesar de ser necessário possuir mais dados para uma análise da trajetória do bloco 2 na “Era de Ouro”, há indícios de que seu desempenho não tenha grandes diferenças com os valores encontrados a partir da década de 1970. Inclusive, a média da primeira faixa temporal presente na tabela 6 é a menor de todos os outros períodos, fornecendo indícios de uma “Era de Ouro” nem tão “dourada”, pelo menos para a periferia latino-americana do capitalismo.

Já os países que compõem o bloco 1 apresentam uma clara tendência de queda, podendo ser observada tanto na tabela 5.1, como no gráfico 2.1. Como não foi possível obter dados

anteriores à década de 1970, não podemos afirmar que o período pós-guerra foi muito melhor para os países representantes do centro capitalista. Porém, com os dados apresentados, se evidenciam intensas dificuldades de êxito da estratégia neoliberal, com indícios claros de queda das taxas de acumulação ao longo das décadas.

O caso chinês, apesar de uma assustadora queda nos primeiros anos analisados, consegue se recuperar em poucos anos, ultrapassando rapidamente a média obtida pelos países do bloco 2, e a partir da década de 1970 também ultrapassa os índices dos países dos representantes do centro capitalista. Diferente destes últimos, apresenta uma vertiginosa tendência de crescimento, apesar de oscilações. Podemos afirmar que o período de adoção da estratégia neoliberal, institucionalizada ao longo das décadas pelos países do bloco 1 e 2, sobretudo a partir dos anos de 1970, coincidiu com o aumento da distância em termos de acumulação de capital destes países com a China.

Decidimos também analisar a trajetória da formação de capital bruto em termos nominais, com a unidade utilizada sendo o US\$ corrente.

**Tabela 6.2 - Média aritmética das taxas anuais de formação de capital bruto em US\$ corrente, por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (%)**

| Países  | Faixa temporal |           |           |           |           |
|---------|----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|         | 1960-1972      | 1973-1991 | 1992-2007 | 2008-2018 | 2008-2020 |
| Bloco 1 | -              | 8,75      | 3,88      | 0,71      | 0,20      |
| Bloco 2 | 8,02           | 8,53      | 7,11      | 0,84      | -1,99     |
| China   | 3,45           | 6,21      | 15,44     | 12,10     | 10,46     |

Fonte: Banco Mundial, 2022. Elaboração própria.

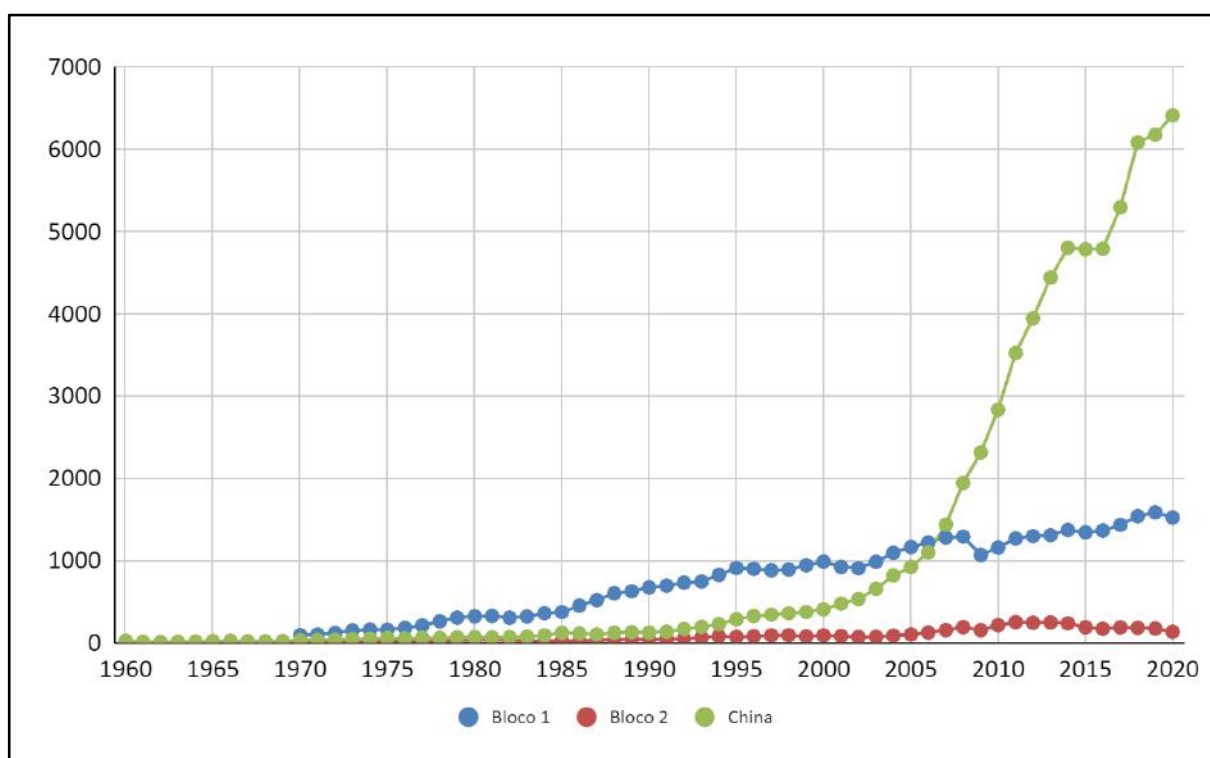
Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por Alemanha, França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

A tabela 6.2 aponta para as taxas anuais médias de crescimento, entre o primeiro e o último ano de cada faixa temporal. Infelizmente os dados para a maioria dos países que compõem o bloco 1, só são disponibilizados a partir de 1970, não sendo possível uma medição adequada para a primeira faixa temporal. Mesmo não sendo possível observar o desempenho dos representantes do centro capitalista em parte da “Era de Ouro”, a trajetória de queda é evidente ao longo das décadas. Contraditoriamente, “as décadas de crise” apresentaram, de

longe, o melhor desempenho para o bloco 1. Já os países representantes da América Latina, apesar de obterem o melhor resultado no mesmo período, apresentam índices superiores ao bloco 1, na faixa temporal que se iniciou na década de 1990. A queda expressiva de ambos os blocos no período de 2008-2018, reforça outros indícios já apresentados, da dificuldade de recuperação após a crise de 2008

A ascensão chinesa, como evidenciada na tabela 6.2, é notável, alcançando no período iniciado na década de 1990, taxas médias aproximadamente duas vezes superiores ao bloco 2 e incríveis quatro vezes maiores do que o bloco 1. A comparação entre as duas últimas faixas temporais, mostram que houve impacto relevante da pandemia na formação de capital bruto para todos.

#### 4. Gráfico 2.2 - Taxas anuais de formação de capital bruto, por faixa temporal selecionada - 1960/2020 (1 bilhão US\$)



Fonte: Banco Mundial, 2022. Elaboração própria.

Nota: Composição dos países: bloco 1 composto por França, E.U.A, Reino Unido e Japão; bloco 2 composto por Argentina, Brasil, Chile e México.

O gráfico 2.1, escancara o período de descolamento da China com ambos os blocos. Após 2005, as taxas de crescimento anuais são explosivos, muito superiores a ambos os blocos. Um fato curioso que podemos observar é que há uma redução brusca que se dá no crescimento

chinês, porém este não ocorre no período da crise de 2008, e sim nos anos de 2014 à 2016, para logo em seguida continuar sua trajetória de expressivo crescimento. Em que pese a redução dessa velocidade nos últimos dois anos da amostragem, é notória sua diferença com os outros blocos.

## 6. CONCLUSÕES

É importante resgatarmos, neste último capítulo, alguns de nossos objetivos com o presente trabalho, expostos anteriormente. Sem deixar também de ressaltar as limitações encontradas, dada a natureza complexa e interdisciplinar de nosso objeto de pesquisa, assim como as restrições de um trabalho de final de curso. Conseguimos, de forma ampla, apresentar algumas das controvérsias ligadas à História do Pensamento Econômico e à própria História acerca do neoliberalismo. Realizamos também uma análise de sua gênese e desenvolvimento. Nesse sentido, se evidenciaram os fatores estruturais também ligados à luta de classes, que motivaram a contínua defesa da estratégia neoliberal, sobretudo por setores ligados às classes dominantes. Foi possível também compreender os elementos por trás da “ineficiência” keynesiana, sobretudo a partir da década de 1970, e a influência destes elementos no debate controverso da HPE ao longo das décadas posteriores.

Os possíveis rumos que a estratégia neoliberal poderá traçar, também foram apresentados, inicialmente partindo de uma perspectiva mais ampla, explicitando o desafio de abordar temas com tal amplitude e complexidade. Acreditamos que a escolha por aprofundar um dos aspectos estruturais, como a financeirização, demonstrou o caráter intrínseco deste fenômeno à crise estrutural do neoliberalismo. A partir das controvérsias apresentadas entre os autores, acreditamos que este é um elemento que merece contínuo aprofundamento, por expressar os possíveis limites do capital, que são intrínsecos à sua própria lógica de movimento.

Na análise de dados descritivos, obtivemos indícios de crescentes dificuldades no processo da reprodução capitalista, sob sua recente forma neoliberal. Não só as crises do capital se mostram mais devastadoras, como também demonstram maiores adversidades para sua recuperação. Os indicadores apresentados, em especial após o ano de 2008, em geral, evidenciam esses elementos. Ao mesmo tempo, pudemos analisar estas informações com algumas das hipóteses apresentadas anteriormente, por distintos autores. Nesse sentido, identificamos como improvável, a concretização de um eventual retorno para um capitalismo “keynesiano”, onde o capital produtivo retomasse sua hegemonia. Do ponto de vista da crítica da economia política, esse movimento de não retorno, é condizente com a própria natureza do capital, já que tem como um fim em si mesmo a acumulação de valor e não a geração de valor de uso. Vimos que a financeirização vai ao encontro deste movimento nuclear, e que sua realização não é contraditória com o aumento da instabilidade estrutural, nem com o necessário parasitismo da extração de mais-valor na esfera produtiva.

Como dito anteriormente, não tivemos por objetivo chegar a uma conclusão definitiva em nosso trabalho. Acreditamos que há importantes indícios que demonstram um limite à

trajetória da estratégia neoliberal, porém há muitos outros elementos a serem explorados, desde uma perspectiva mais teórica, na compreensão do nexos do capitalismo contemporâneo, como também na sua materialização concreta. Nesse sentido, uma série de questões merecem maior imersão.

Entre os elementos que merecem uma maior atenção, sem dúvida, está a relação do neoliberalismo com a trajetória chinesa das últimas décadas. A surpresa pelos índices econômicos atingidos por este país, surpreendem também pelas características atuais do capitalismo, onde as relações de transnacionalização e interdependência internacional (tanto nas esferas da produção, quanto da circulação) atingiram marcas sem precedentes. Compreender a natureza da organização social chinesa, assim como sua interferência (ou não) na trajetória de desenvolvimento neoliberal são peças fundamentais para a entender seu desempenho em relação ao centro capitalista.

Podemos citar ainda o novo cenário que se apresenta no ano de 2022, período em que se esperava uma recuperação econômica, após a pandemia do novo coronavírus, sendo expressivamente impactado pelos impactos da invasão russa à Ucrânia. Fato que mostra repercussões globais, incluindo o aumento da inflação no centro capitalista a níveis não vistos desde a Segunda Guerra Mundial. É de se notar que as práticas neoliberais não têm se mostrado eficazes recentemente neste campo, ao mesmo tempo que seu uso vem aprofundando as imensas dificuldades de crescimento. Tendo os feitos de estabilização econômica nas décadas passadas, como um dos pilares da defesa do neoliberalismo, percebemos um avanço nos questionamentos a este modelo, a nível global.

Ainda sobre as crises mais recentes dos últimos anos, é de se questionar também se a existência delas está ou não ligada a eventos específicos, tanto em relação às restrições impostas pela pandemia, como do evento bélico na Ucrânia. Como vimos no capítulo anterior, alguns dos indícios já apontavam para dificuldades de recuperação a mais de uma década destes eventos.

Vista a importância e contemporaneidade da temática exposta e tendo em mente as restrições de um projeto tão ousado de conclusão de curso, acreditamos que conseguimos lograr sucesso com os objetivos que nos propusemos, mostrando uma rica possibilidade de agendas de pesquisa para o mestrado e posteriormente doutorado. Nesse sentido, pretendemos seguir parte desta agenda futuramente, avançando o debate não só sobre as potenciais trajetórias do neoliberalismo, como também de alternativas ao modelo vigente.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Soc. estado., Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922019000100211&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000100211&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 30 mar. 2021. Epub 06-Maio-2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/home.aspx>. Acessado em 30 de Junho de 2022

BARUCO, G. C.; CARCANHOLO, M. D. A Estratégia Neoliberal de Desenvolvimento Capitalista: caráter e contradições. Praia Vermelha (UFRJ), v. 21, p. 9-23, 2011.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P.. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-302, 1999.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. de S. Capital fictício e lucros fictícios. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, n. 24, jun. 2009.

CHESNAIS, F.. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. IN: Uma Nova fase do capitalismo? São Paulo; Campinas: Xamã e CEMAR, 2003 [2001].

CHESNAIS, F.. A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005 [2004].

CHESNAIS, F.. Prefácio. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Org.). O Brasil sob a nova ordem. São Paulo: Saraiva, 2010.

CURTY, C.; MALTA, M. M. . Elementos metodológicos para a organização da história do pensamento econômico brasileiro: a abordagem das controvérsias. In: Daniel do Val Cosentino; Thiago Fontelas Rosado Gambi. (Org.). HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO - Coleção Novos Estudos de História Econômica do Brasil. 1ª edição. Niterói: EdUFF/Hucitec, 2019, v. v.1, p. 62-85.

DOMINCZAK, P. R. R. ; SABADINI, M. de S. . Apontamentos gerais sobre a financeirização mundial. Leituras de Economia Política (UNICAMP), v. 21, p. 125-147, 2013.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.. Superação da crise, ameaças de crises e novo. IN: Uma Nova fase do capitalismo? São Paulo; Campinas: Xamã e CEMAR, 2003 [2001].

HERMANN, J.: “Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: o II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984)” em Economia Brasileira Contemporânea, organização de F. Giambiagi e outros, Campus Editora, 2005.

HOBBSAWM, E. Era dos Extremos: o Breve Século XX. (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 2003 [1994].

LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

MARX, K. Miséria da filosofia. São Paulo: Expressão Popular, 2009. [1847]

MARX, K. O Capital - Livro III – crítica da economia política: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].

MADDISON PROJECT DATABASE. Disponível em:

<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020?lang=en>. Acessado em 30 de Junho de 2022

MATTICK, P. Marxism and socialism. In: Marx & Keynes – The limits of the mixed economy. Boston, Mass.: Extending Horizons Books, 1969.

MENDONÇA, A. A crise econômica e a sua forma contemporânea. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2011 [2009].

NAKATANI, P.; SABADINI, M. de S.. Sistema financeiro e mercado de capitais. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M. R. J. (Org.). O Brasil sob a nova ordem. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do Método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULANI, L. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. Revista Economia, Brasília, DF, v.12, n.1, jan./abr. 2011.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização. Crítica marxista, nº 39, p.13-34, 2014.

OCDE. Disponível em: <https://data.oecd.org/>. Acessado em 08 de Agosto de 2022

SAAD-FILHO, A. Crise no Neoliberalismo ou Crise no Neoliberalismo? Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.1, nº 3, p. 6-19, 2011

SAAD-FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise Marxista. Marx e o Marxismo v. 3, nº. 4. p. 58–72, 2015.

SOTIROPOULOS, D. P.; MILIOS, J.; LAPATSIORAS, S. A political economy of contemporary capitalism and its crisis – demystifying finance. Londres: Routledge, 2013.